

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE TERAPIA OCUPACIONAL

**Transitando entre percepções acerca das “juventudes”:
Construções que perpassam representações políticas e vivências**

Ana Carolina dos Santos Albino

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Serrata Malfitano

SÃO CARLOS - SP

2025

ANA CAROLINA DOS SANTOS ALBINO

**Transitando entre percepções acerca das “juventudes”:
Construções que perpassam representações políticas e vivências**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos, como um dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Serrata Malfitano

Financiamento: FAPESP - Processo 2024/22693-2

São Carlos - SP

2025

AGRADECIMENTOS

Sou muito grata por ter chegado à UFSCar, por ter encontrado meios de permanecer e, enfim, finalizar este ciclo, posso declarar um sonho a menos para a lista e motivação para muitos novos.

Não poderia, contudo, afirmar com tanta certeza se não tivesse tido tantos apoios neste processo. Principalmente de minha família, seja pelo incentivo e fé, desde que me conheço por gente, de minha mãe, Débora, pelo meu pai, Marco, que até hoje me lembra de acreditar em mim e ser mais positiva, por cada gesto de afeto; seja através do gosto compartilhado pelas artes, pelas receitas ou pelo abraço de minha avó, Niuce. É impossível deixar de citar aqui meus primos, sobretudo Dayellen e Matheus, crescer com vocês moldou boa parte de mim. E, claro, os livros, o carinho e a autenticidade de Lázara tiveram parte nisso tudo.

Quanto aqueles que conheci ao longo dessa jornada, não poderia ter tido mais sorte. Um agradecimento em especial à Beatriz, Daniela e Adriane, por terem sido meu grupo não só nos trabalhos apresentados, mas de cumplicidade nesta graduação, obrigada pelas muitas risadas que me tiraram e por terem me proporcionado momentos tão especiais, vinhos baratos e carboidratos. Também à Barbara e Luísa, parceiras de eventos, escritas, noites de jogos, academia e tanto mais, a chegada de vocês me ensinou muito sobre o cuidado.

Somado aos que sonham e constroem junto comigo, preciso citar meu companheiro, Thallys, que surgiu quase na reta final, mas comemorou cada pequeno passo desde então, ouviu incontáveis reclamações e continua fazendo meus dias melhores de inúmeras formas.

Agradeço a Coordenadoria de Cultura (CCult), pela possibilidade de ser bolsista de extensão num espaço tão potente e transformador (que me transformou também), e me aproximou do sorriso e da força de Carla Regina Silva, que segue me inspirando.

Agradeço também a Fundação de Amparo a Pesquisa de São Paulo (FAPESP) pela oportunidade de seguir realizando esta pesquisa. E a cada jovem que participou do questionário, contribuindo para o desenvolvimento deste estudo.

À minha orientadora, Ana Paula Serrata Malfitano, que trouxe ordem e deu vazão às minhas muitas ideias. Obrigada pelos saberes compartilhados, pelas calmas conversas, por todo suporte e, acima de tudo, pela confiança.

Por fim, se continuei cada vez mais instigada a pesquisar sobre juventudes, é por conta dos tantos e tantas jovens, assim como eu, que me permitiram acompanhá-los nesta etapa tão diversa, através dos estágios e projetos, e ensinaram tanto.

RESUMO

INTRODUÇÃO: No Brasil a população jovem ganhou visibilidade na agenda política como grupo específico de direcionamento explicitado de ações apenas após a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Até então, o delineamento de políticas públicas que promovessem ações voltadas às suas demandas e que buscassem compreender suas características, não especificava este público, em uma assunção geral no termo “políticas infanto-juvenis”, as quais eram voltadas de fato às crianças. Após o ECA, e principalmente nas primeiras décadas do século XXI, a juventude ganhou a cena política na sua especificidade. Atualmente é considerada um grupo prioritário, tendo sido incorporado nominalmente na Constituição Federal Brasileira, em constante diálogo com as diversas demandas apresentadas por diferentes esferas sociais. Neste processo, faz-se necessário compreender como este grupo é expresso na esfera política, partindo da abordagem oficial das políticas públicas voltadas às juventudes, articulando essa análise às percepções que os próprios jovens têm de si mesmos e das possibilidades que reconhecem em suas realidades. **OBJETIVO:** Compreender como as juventudes são representadas nas políticas públicas brasileiras atuais e quais são as percepções que os próprios jovens têm sobre si e suas realidades. **METODOLOGIA:** A pesquisa foi conduzida em duas fases: análise documental de registros oficiais de políticas públicas que especificam suas ações para as juventudes, buscando desvelar as diferentes definições deste grupo; e aplicação de um questionário semiaberto direcionado aos jovens, disseminado via rede virtual, buscando uma diversidade de respostas acerca de suas percepções sobre sua realidade. **RESULTADOS:** Há esforço discursivo para reconhecer direitos plurais, mas as ações permanecem fragmentadas, focalizadas e pouco conectadas à realidade juvenil. Muitos jovens desconhecem ou não acessam os programas existentes, evidenciando a distância entre proposta institucional e experiência vivida. **CONCLUSÕES:** Faz-se urgente pensar as juventudes como sujeitos de direitos de forma universal e integral. Nesse sentido, fortalecer espaços coletivos de participação social é decisivo para orientar práticas e políticas mais integradas, responsivas e coerentes com as múltiplas experiências juvenis.

Palavras-chave: Juventudes; Políticas Públicas; Imaginário Social; Terapia Ocupacional Social.

ABSTRACT

INTRODUCTION: In Brazil, youth gained visibility on the political agenda as a specific target group for explicit action only after the enactment of the Statute of the Child and Adolescent (ECA) in 1990. Until then, the design of public policies that promoted actions aimed at their demands and sought to understand their characteristics did not specify this audience, in a general assumption in the term “child and youth policies,” which were in fact aimed at children. After the ECA, and especially in the first decades of the 21st century, youth gained prominence on the political scene in their specificity. It is currently considered a priority group, having been incorporated nominally into the Brazilian Federal Constitution, in constant dialogue with the various demands presented by different social spheres. In this process, it is necessary to understand how this group is expressed in the political sphere, starting from the official approach of public policies aimed at youth, articulating this analysis with the perceptions that young people themselves have of themselves and the possibilities they recognize in their realities. **OBJECTIVE:** To understand how young people are represented in current Brazilian public policies and what perceptions young people themselves have of themselves and their realities. **METHODOLOGY:** The research was conducted in two phases: documentary analysis of official records of public policies that specify their actions for young people, seeking to reveal the different definitions of this group; and application of a semi-open questionnaire directed at young people, disseminated via a virtual network, seeking a diversity of responses about their perceptions of their reality. **RESULTS:** There is a discursive effort to recognize plural rights, but actions remain fragmented, focused, and poorly connected to the reality of young people. Many young people are unaware of or do not access existing programs, highlighting the gap between institutional proposals and lived experience. **CONCLUSION:** It is urgent to think of young people as subjects of rights in a universal and comprehensive manner. In this sense, strengthening collective spaces for social participation is crucial to guiding practices and policies that are more integrated, responsive, and consistent with the multiple experiences of young people.

Keywords: Youth; Public Policies; Social Imaginary; Social Occupational Therapy.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Ações analisadas	23
Tabela 2 - Análise temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025	29
Tabela 3 - Iniciativas indicadas pelos participantes	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Faixa etária	41
Figura 2. Gênero com o qual se identifica	41
Figura 3. Autodeclaração étnico-racial	42
Figura 4. Ocupações indicadas como as principais realizadas no cotidiano dos participantes	43
Figura 5. Distribuição dos jovens segundo a principal ocupação indicada	43
Figura 6. Especificações sobre o vínculo empregatício	44
Figura 7. Principal fonte de renda	44
Figura 8. Programas e benefícios acessados	45
Figura 9. Acesso à serviços, direitos e oportunidades	46
Figura 10. Conhecimento de iniciativas governamentais voltadas às juventudes	47
Figura 11. Temáticas assinaladas como importantes para ações voltadas às juventudes	50
Figura 12. Compreensão de juventude	51
Figura 13. Sonhos e metas	52
Figura 14. Principais obstáculos à vivência da juventude	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude
CPOP - Rede Cursinhos Populares
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
Enem - Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
ID JOVEM - Programa Identidade Jovem
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
MESP - Ministério do Esporte
MEC - Ministério da Educação
MinC - Ministério da Cultura
MIR - Ministério da Igualdade Racial
MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
OMS - Organização Mundial da Saúde
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNJ - Política Nacional de Juventude
PNJSR - Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
PROUNI - Programa Universidade para todos
PSE - Programa Saúde na Escola
SEB - Secretaria de Educação Básica
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Secadi - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão

SNJ - Secretaria Nacional da Juventude

TA - Termo de Assentimento

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

SUMÁRIO:

1.	INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	11
2.	OBJETIVOS	18
2.1	Objetivo geral	18
2.2	Objetivos específicos:	18
3.	JUSTIFICATIVA	18
4.	CAMINHOS METODOLÓGICOS	19
4.1	Desenho do estudo:	19
4.1.1	Aplicação do questionário	20
4.2	Análise temática:	21
5.	ANÁLISE DOCUMENTAL	22
5.1	Panorama inicial	22
5.2	Categorias analíticas:	31
5.2.1	Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva	31
5.2.2	Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional	32
5.2.3	Juventude como agente de transformação social	35
5.2.4	Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social	36
5.2.5	Foco em um setor específico	38
6.	REFLEXOS DAS PERCEPÇÕES JUVENIS	40
6.1	Caracterização inicial	40
6.2	Percepções e vivências juvenis	46
7.	DISCUSSÃO	53
7.1	Políticas para a juventude: o dilema da focalização e sua necessidade	53
7.2	Juventude, participação e ser jovem na contemporaneidade	56
7.3	Terapia Ocupacional	57
	REFERÊNCIAS	60
	ANEXO A - Questionário aplicado aos participantes	65

1. INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

As noções de juventude como categoria social específica resultam de importantes contextos históricos e socioculturais que nos permitem compreender seu processo de integração como parte da sociedade (Abramo, 1994). Ao nos debruçarmos sobre a “História Social da Criança e da Família”, descrita por Ariès (1978), compreendemos a construção social destas fases da vida, sendo que no período medieval não havia nem mesmo a ideia de uma fase preparatória para a vida adulta, indicando que a construção da distinção entre “infância” e “adolescência” é um processo gestado socialmente. Sendo assim, a legitimação de diferentes categorias sociais não é fixa, mas se configura a partir de um contexto e de como este interpreta as necessidades e desafios atribuídos a grupos específicos.

Assim, a juventude se evidencia como uma temática da sociedade moderna (Abramo, 1994), mais especificamente a denominada sociedade moderna tardia. A recente legitimação do grupo como categoria específica impactou a formulação de políticas públicas direcionadas aos jovens, sob influência de diferentes paradigmas teóricos acerca de sua definição, desenvolvidos no decorrer do tempo. Tais paradigmas enfatizam diferentes elementos, como seus direitos, deveres e a relação da sociedade para com o grupo, através da lente social que descrevem. A partir disso, entende-se que o início da atenção dedicada ao grupo juvenil como categoria social influencia as possíveis ações na esfera estatal, as quais refletem a maneira como é formado o imaginário social acerca de quem é o jovem no Brasil, sendo algo recente na agenda política.

Observa-se que, no Brasil, foi somente a partir de 1990 que se estabeleceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), corroborando para que a parcela correspondente a estes grupos fosse considerada protagonista de direitos e deveres factíveis, apesar de ainda não retratar as juventudes de forma explícita. Antes disso, o país operava por meio do Código de Menores (1927), revisto em 1979 (Novo Código de Menores), cuja abordagem protecionista e paternalista perpetuava discriminações socioeconômicas, sem que trouxesse representatividade a crianças e adolescentes ou colocasse tais grupos como sujeitos de direitos (Perez, Passone, 2010). Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 este cenário começou a se transformar significativamente. Destaca-se o artigo 227, posteriormente modificado incorporando nominalmente os jovens, que direcionou as discussões da incorporação deste grupo como prioridade nacional, juntamente às crianças e adolescentes, assegurando-lhes

direitos fundamentais e responsabilizando a família, a sociedade e o Estado por sua proteção integral (Brasil, 1988, 2010).

Embora estes referenciais legais tenham respaldado o princípio da proteção integral e ampliado o reconhecimento de crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, nota-se que inicialmente a juventude passou a ser mencionada sem, contudo, receber uma definição precisa em termos conceituais (Kerbauy, 2005). Sendo esta indefinição um empecilho à representação social do grupo, restringindo-o a um grupo destinatário de intervenções em detrimento de sua participação sociopolítica ou a uma categoria social homogênea. Assim, estes recortes histórico normativos, ainda que tenham representado um avanço significativo na incorporação da juventude como pauta institucional, revelavam lacunas na compreensão de suas múltiplas dimensões, experiências e atravessamentos socioculturais. Nesse contexto, intensificou-se um processo reflexivo para o delineamento da compreensão social da juventude, considerando as características etárias como essenciais.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), por exemplo, define a faixa-etária compreendida como juventude no intervalo dos 15 aos 24 anos. Todavia, compreende-se ainda que dada a construção social da categoria, fixar um período etário sem associá-lo a vivências sociais, culturais e econômicas que estão inseridas em diferentes contextos históricos, pouco agrega a representações justas e factíveis de determinada população. Uma vez que políticas que se fundamentam apenas na idade cronológica correm o risco de excluir uma parcela significativa da população jovem que, mesmo após atingir a maioridade legal, pode permanecer em condições associadas à juventude (Sposito, Carrano, 2003).

Dessa forma, torna-se evidente que a juventude não é somente uma fase biológica, ou delimitada exclusivamente por uma faixa-etária, mas uma condição social que pode ser até mesmo prolongada ou encurtada a depender do contexto socioeconômico e cultural. Essa dinâmica atualmente é atravessada pelo neoliberalismo, ideologia econômica e política, desenvolvida no século XX, que tem como base a valorização do livre mercado, privatização de serviços e redução da intervenção estatal na economia, resultando frequentemente em maior desigualdade social e restrição de acesso a serviços básicos. De acordo com Canclini (2003, p.23), o modelo neoliberal conduz a uma modernização seletiva, constituindo assim um empecilho à participação social equitativa — elemento central da cidadania. Desta forma, influencia diretamente os jovens acerca de suas perspectivas para participação econômica nesta

sociedade, assim como tem moldado culturalmente os modos de vida sociais, trazendo, para a vida juvenil, a priorização do individualismo como elemento organizador das relações.

Nesse contexto, para compreendermos atualmente quem é considerado jovem em nossa cultura, é essencial nos localizarmos quanto ao conceito de *moratória juvenil*. Este conceito é caracterizado como um espaço de possibilidades para que se permaneça vivenciando a juventude, ou seja, uma transição para a vida adulta; porém disponível apenas a alguns jovens de determinadas classes sociais, na medida em que alguns não têm o direito de vivenciar esta transição e precisam se responsabilizar economicamente pelas suas vidas e, por vezes, também de outros dependentes (Margulis, Urresti, 1996). Desta forma, a desigualdade social produzida pela atual sociedade neoliberal impede a vivência da moratória juvenil para muitos jovens.

Assim, a configuração advinda da ordem econômica neoliberal, por meio das desigualdades econômicas e dos valores individuais, perpassa também as vivências sociais, influenciando direta e determinantemente nos modos de vida de todos (Moraes, Pinto, Magalhães, 2020). Compreender a conexão entre o neoliberalismo e a juventude se torna então um exercício para a compreensão da contemporaneidade. No campo do trabalho, observa-se a influência neoliberal sobre quem tem o direito à moratória juvenil, quando, frequentemente de forma precoce em classes sociais mais vulneráveis, a entrada no mercado de trabalho precarizado é uma exigência de manutenção das necessidades básicas e materiais para a reprodução da vida. A educação, por sua vez, passa pelos moldes de uma abordagem mercadológica e alienante, tendendo cada vez mais a tecnificação como modelo, privilegiando habilidades técnicas em detrimento a uma formação ampla e crítica (Rocha *et al.*, 2020). Essa lógica atinge até mesmo o imaginário idealizador da juventude, transformando-a em produto disseminado por padrões estéticos e uma visão social idealizada da eterna juventude e estigmatizada da velhice (Debert, 2010).

Estas e outras questões demonstram as disparidades que podem moldar a vida em uma só categoria, neste caso a juventude, que ainda sofre tentativas de homogeneização, por meio de condições estruturais. Enquanto um jovem de classe privilegiada economicamente pode prolongar sua vivência da juventude e experienciar a moratória, ocorre a limitação de jovens pobres pela necessidade de viabilizar a reprodução material da vida. À vista disso, a busca por políticas que atendam a todos os jovens e seus diferentes contextos, sem restringir, objetificar ou mecanizar o processo da juventude, é um desafio político, mas que deve ser enfrentado ao

considerarmos a complexidade deste grupo e sua priorização, a qual deveria ser viabilizada pela criação de meios para oportunizar vivências deste grupo neste período da vida (Brasil, 2014).

Outros dois marcos legais importantes, que esclarecem a notada urgência para pensar uma inclusão social mais efetiva, são justamente a criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), instituída oficialmente em 2005, e a lei nº 12.852 de 2013, que estabelece o Estatuto da Juventude — o qual afirma então os direitos e políticas públicas de juventude no Brasil como concernentes ao período dos 15 aos 29 anos. Constituindo-se como o referencial jurídico nacional para direcionar, consolidar e fortalecer a promoção e proteção dos direitos das juventudes. Essas iniciativas refletem também a percepção da necessidade de uma abordagem coordenada e específica para formular políticas públicas. Vários pontos que alteraram o cenário das discussões acerca dos jovens são notados após a implementação destas linhas de mudança, um deles é a elucidação do termo “juventudes”, no plural, no documento “Estação juventude: conceitos fundamentais — ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude” (Brasil, 2014, p.14).

Em consideração aos marcos supracitados, a asserção de que esta população deve ser entendida como heterogênea nos permite avançar no debate concernente às políticas públicas. Compreendidas como respostas a demandas de grupos específicos, as políticas devem ser elaboradas levando em conta a existência de várias juventudes, com particularidades moldadas pela sua classe social, raça, gênero, local de moradia, entre outros marcadores sociais; buscando a escuta ativa de suas vozes (Moraes; Pinto; Magalhães, 2020). Isto posto, essa compreensão pode tornar viável a formulação de políticas promotoras de ações universais, ou seja, que atendam com efeito a todos e incentivem a participação social, identificando o perfil das juventudes e suas realidades culturais.

Contudo, de acordo com Groppo (2017), construir políticas que de fato identifiquem os jovens como cidadãos ativos permanece sendo uma questão complexa, já que mesmo a noção do jovem enquanto sujeito social passa por diferentes interpretações na nossa sociedade. O autor argumenta que a concepção de protagonismo é uma dessas variações, que pode ser lida tanto como um lugar de responsabilização, sem necessariamente fornecer os subsídios que já faltam a algumas juventudes, quanto como uma participação superficial, que se mostra limitada quanto às verdadeiras questões. Assim, a ideia de protagonismo nem sempre assegura a participação e autonomia plena do grupo.

Por isso, a implementação do ECA, que trouxe o reconhecimento das pautas da infância e adolescência como objetos viáveis de intervenção pública de maneira mais objetiva e específica, foi um marco tão significativo ao pontuar uma transição da população que abarca como objeto de direitos para sujeitos de direitos. Fato que impulsionou a criação de políticas mais integradas e abrangentes para estes sujeitos, explicitando a necessidade de elaborações mais específicas, o que se consolidou ainda mais com a criação da SNJ e do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve), que cumprem relevante papel na estruturação de políticas públicas para as juventudes, anunciando a afirmação de seus direitos e de sua necessária participação para esta construção. É somente a partir da soma de tais reflexões e revisitações que pensar políticas para a juventude pode se fazer em um processo inclusivo, consciente e pertinente à realidade atual.

Não obstante, para que essas políticas se concretizem, é fundamental não apenas ter em mente sua idealização, mas também sua efetiva implementação e percepção de seus efeitos, na prática. Uma vez que noções sociais estão relacionadas aos valores desenvolvidos a partir da prática social e, por isso, estão conectados ao cotidiano profissional (Ely; Marquardt; Teixeira, 2012). Nesse sentido, se destaca o papel dos profissionais que atuam com as juventudes, cuja responsabilidade não se limita a ações práticas e técnicas, mas sim a consecução cotidiana dos princípios de mediação e estímulo à participação, autonomia e emancipação social.

Sendo pertinente nesse contexto citar a Rede Metuia, criada em 1998 com o nome Projeto Metuia, marco substancial para a Terapia Ocupacional Social no Brasil, desenvolvido até a atualidade, e com relevantes pesquisas e ações extensionistas junto a diferentes grupos juvenis brasileiros (Lopes, Malfitano, 2023; Lopes, Borba, 2022). A percepção de demandas envolvendo o cuidado em âmbito social, indo além da dicotomia entre saúde e doença, evidenciou a necessidade de explorar novas possibilidades de atuação profissional, especificamente relacionada a terapeutas ocupacionais. Isso levou à proposição de ações teórico-práticas na esfera da pesquisa e extensão universitária. Essas ações, por sua vez, puderam destacar ainda mais a necessidade de articular o cuidado com noções de cidadania e acesso a direitos de indivíduos e grupos (Galheigo, 2023; Lopes, 2023).

À luz da terapia ocupacional social, compreende-se que é necessária a sensibilidade e ética para compreender identidades, trajetórias e histórias de vida no desenvolvimento da prática profissional, com consciência crítica e política para a sua realização de intervenções profissionais responsivas às necessidades dos sujeitos, em consonância aos seus direitos sociais.

Já que estas questões influenciam nos modos de ser e estar em sociedade e devem ser consideradas em suas pluralidades para que se atinja uma cidadania para todos. Ao aproximar-se do universo adolescente e juvenil, alvo de variados estudos no campo das ciências humanas e de saúde, compreendemos mais uma vez que o fator idade, apesar de importante, não é o único regulador das atividades sociais. As diferentes experiências de vida, interseccionadas com fatores socioculturais e históricos, devem ser consideradas para que a assimilação das demandas advindas desse grupo seja mais eficaz (Sfair, 2012).

Deste modo, essa compreensão nos leva a reconhecer que uma análise aprofundada das demandas e características populacionais se faz questão essencial não só aos estudos voltados ao cuidado, mas a formulação de políticas públicas que supram as verdadeiras faces do grupo a ser acompanhado. E, para isto, é fundamental reconhecer a adolescência e a juventude como coletivos distintos e ainda repletos de heterogeneidades em si mesmos (Abramo, 2005). A compreensão da dimensão sociopolítica se faz inerente à terapia ocupacional social — sendo questão cerne de sua exploração como campo profissional —, abrindo espaço para práticas de cuidado que visem à emancipação social e não sirvam como mero mecanismo de controle social (Galheigo, 2023).

No decurso dos últimos anos, verifica-se uma transformação significativa quanto a compreensão cultural acerca das juventudes e a forma de abordar o grupo como categoria social. Especialmente por conta de paradigmas neoliberais que tendem a individualizar e responsabilizar os jovens por suas trajetórias, porém sem incluí-los em decisões normativas, e frequentemente ignorando as desigualdades estruturais que moldam suas possibilidades de vida e, conseqüentemente, suas experiências. Nesse sentido, o neoliberalismo contribui com uma visão da juventude como capital humano (Foucault, 2008) a ser explorado, o que se reflete nas políticas públicas que, em vez de propiciar a participação ativa e escuta cuidadosa desse grupo, acabam por enfatizar a preparação para o mercado de trabalho. Assim, é fundamental questionar como essas influências moldam não apenas o imaginário social acerca dos jovens, mas também a eficácia das políticas que lhes são destinadas.

Além disso, com o avanço das políticas públicas que colocam jovens e adolescentes como sujeitos de direitos, no fim do século XX e decorrer do século XXI, porém sem aprofundamento jurídico factual e dedicado à juventude, visualizamos a invisibilidade das ações voltadas para este público (Malfitano, 2008). Essa falta de fomento à participação ativa do coletivo juvenil pode levar ainda a replicação de perspectivas centradas na vida adulta,

resultando em espaços de inserção com os quais os jovens não se identificam ou não condizem com suas vivências. Do ponto de vista cultural, uma concepção elitista e restritiva ainda permeia muitas políticas que falham em abarcar as diversas expressões da cultura juvenil (Prado; Silva; Silvestrini, 2020). Essa distância entre o reconhecimento formal dos direitos e a efetiva incorporação das demandas juvenis pode ser observada em diferentes campos, como na educação, onde as políticas recentes ilustram a persistência de uma lógica pouco dialógica com os jovens e que tampouco incentiva a participação sociopolítica ou possibilita sua inserção social.

A reformulação do ensino médio (Lei 13.415/2017), por exemplo, alterou a obrigatoriedade e a forma de oferta de certas disciplinas, como sociologia e filosofia, enfraquecendo sua garantia e diluindo seu conteúdo. Refletindo assim, uma abordagem que enfraquece o incentivo ao pensamento crítico e a formação cidadã (Ferretti, 2018). Além disso, é pertinente notar que estes conteúdos continuam sendo cobrados no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), demonstrando desconexão entre o currículo escolar e os requisitos do exame. Tal fato possivelmente diminui as chances de ingresso no ensino superior enquanto os currículos escolares, em alguns casos, nem mesmo acompanham as mudanças tecnológicas exigidas pelo mercado de trabalho ou proporcionam acesso equitativo a estes recursos.

Ainda, programas como o “Projovem”¹ buscaram suprir lacunas de formação, oferecendo bases na educação cidadã e no desenvolvimento profissional. No entanto, se faz também necessário questionar até que ponto programas como este podem cumprir suas promessas de desenvolvimento e participação efetiva, uma vez que sua execução depende dos profissionais que estarão implementando estas políticas, sua visão crítica e contextualizada (Ely; Marquardt; Teixeira, 2012). Em acréscimo a esta problemática, é possível notar que o Projovem, voltado aos jovens das camadas mais empobrecidas, muitas vezes apenas os rotula como beneficiários de um programa, sem lhes garantir um espaço efetivo na construção das políticas que os afetam ou apoiá-los como agentes ativos deste processo (Groppo, 2017).

Estas exposições da urgência em explorar a abordagem das políticas públicas para com as juventudes trouxeram então a questão desperta nesta pesquisa: como as juventudes são compreendidas nas políticas públicas vigentes no Brasil voltadas a este grupo e de que forma os jovens percebem a si e as suas realidades diante dessas representações e possibilidades?

¹ O Projovem, Programa Nacional de Inclusão de Jovens, é uma iniciativa criada pelo Governo Federal Brasileiro e instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, com o intuito de oportunizar a inclusão social, a qualificação educacional e profissional.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar como as juventudes são retratadas nas políticas públicas brasileiras voltadas a esse público, juntamente à compreensão das percepções dos próprios jovens sobre si e suas realidades de vida, contexto em que tais políticas são executadas.

2.2 Objetivos específicos:

1. Fazer um mapeamento das políticas públicas e programas governamentais que foram desenvolvidos desde a criação da Secretaria Nacional da Juventude, em 2005, direcionados às juventudes.
2. Descrever a definição de juventude aplicada nas políticas oficiais destinadas a este público.
3. Assimilar as percepções dos jovens sobre suas realidades e possibilidades.
4. Debater as diferentes visões sobre as juventudes, nas perspectivas das políticas públicas e de seus usuários.

3. JUSTIFICATIVA

Dada a constante transformação histórica da vida social, temos a necessidade permanente de compreender e contextualizar conceitos e fenômenos pertinentes a nossa convivência para aprimorarmos as percepções que permeiam estes aspectos. Uma vez que para Margulis e Urresti (1996) a juventude é uma categoria produzida pelo meio social com dimensão simbólica, mas, além disso, material, se faz necessário entender quais experiências são tidas, sua relação com determinada classe e como são abordadas perante o sistema de organização política, numa lógica neoliberal. Para então atingir o propósito de alinhar-se às suas reais necessidades, traçar compreensões justas e tensionar o imaginário existente em nossa sociedade acerca deste grupo social.

Diante dessas considerações, é imprescindível permanecer analisando de forma crítica as transformações históricas e socioculturais que impactam as juventudes, considerando como as relações de poder, a economia e a política moldam suas experiências. Ao contextualizar essas questões no meio contemporâneo, especialmente sob a lógica neoliberal que promove a

individualização e a competitividade, nos deparamos com desafios que afetam diretamente o desenvolvimento de projetos de vida, a emancipação e as oportunidades de inserção social deste grupo.

Dessa forma, o presente projeto busca contribuir com uma compreensão contemporânea sobre as juventudes e suas realidades, oferecendo subsídios teóricos e práticos que possam orientar intervenções profissionais mais inclusivas e efetivas, sendo que partimos da terapia ocupacional, extensíveis a outras categorias profissionais, em uma perspectiva interdisciplinar. O diálogo com esse público, suas experiências e desafios, permitirá que o profissional esteja mais apto a oferecer suporte, respeitando a diversidade e particularidades dos jovens, assim como tensionando os discursos dominantes que estigmatizam ou homogeneizam suas vivências.

4. CAMINHOS METODOLÓGICOS

4.1 Desenho do estudo:

A coleta e análise de dados seguiram uma abordagem qualitativa de compreensão da realidade, tendo sido realizada em duas fases. Na fase I desenvolveu-se uma busca documental e na fase II a aplicação de um questionário junto a jovens. Conforme descrito por Gil (2002, p.51) “à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores”. Portanto, a escolha da combinação de uma análise documental, com fatos pontuados em documentos específicos, em soma a um questionário intencionou a obtenção de respostas que sejam de fato equilibradas e pertinentes a um vislumbre de nossa realidade atual.

A fase I, busca documental, se pautou na investigação de políticas públicas, com foco no período a partir de 2005, em função da criação da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). A busca foi realizada nos sites oficiais do governo federal, principalmente na plataforma da Secretaria Nacional da Juventude. Foram analisados documentos como políticas públicas, projetos governamentais e legislações que envolvem as juventudes. Partindo das seguintes etapas:

- a. Levantamento: Mapeamento de todas as políticas listadas pela Secretaria Nacional de Juventude e programas contidos no Portal de Transparência do Governo Federal.

- b. Identificação de aspectos de cada política, a saber: como são conceituadas as juventudes naquela política pública, o que identificam como demanda e como trazem apoio e recursos para as pautas pontuadas;
- c. Análise documental: levantamento de categorias analíticas que possibilitem uma discussão articuladas das informações presentes nas diferentes políticas e programas;
- d. Seleção de documentos-chave: restringindo apenas aos que abordavam as questões pautadas no item a. e b. de forma explícita;
- e. Extração e organização das informações obtidas a partir dos documentos selecionados;
- f. Análise temática.

Dessa forma, esta etapa buscou identificar os sentidos atribuídos à juventude nas formulações institucionais, bem como os direcionamentos das ações destinadas a esse grupo na atualidade.

4.1.1 Aplicação do questionário

Com base nos temas elencados na fase I, foi elaborado um questionário para a fase II. Estabeleceu-se como público-alvo da pesquisa, de acordo com os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, instituídos pela Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, jovens entre 15 e 29 anos, sendo que pretendeu-se atingir um grupo amplo de participantes. Tal questionário passou então por um pré-teste, com três participantes de idades e gêneros distintos, dentro da faixa etária estabelecida, para eventual aperfeiçoamento e posterior aplicação. Os jovens aceitaram colaborar voluntariamente com esta etapa, que teve como objetivo verificar a clareza e adequação das perguntas. Após o pré-teste, foram feitos pequenos ajustes de redação em algumas questões para aprimorar sua compreensão.

O procedimento de participação para obtenção do termo consentimento livre e esclarecido observou as diretrizes éticas do Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, especialmente no que se refere à obtenção do Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE – para aqueles entre 18 e 29 anos) e do Termo de Assentimento (TA), junto do TCLE destinado aos responsáveis, para aqueles entre 15 e 18 anos incompletos. Compreendendo ainda que o

questionário foi realizado por meio da plataforma “Google Forms”², utilizada apenas como ferramenta para coleta de respostas dos participantes.

Para participar da pesquisa, os critérios de inclusão foram: i. estar na faixa etária entre 15 e 29 anos; ii. para os jovens menores de 18 anos, obter previamente a concordância dos responsáveis legais, confirmada por meio das mensagens eletrônicas registradas no formulário; e iii. fornecer consentimento informado eletrônico, mediante assinatura do termo de aceite online, garantindo a participação voluntária e esclarecida.

A disseminação do questionário se deu através do meio eletrônico, em três formas: a) utilizando-se de lista oculta para envio de e-mail ou contato individual; b) por meio de contato com coletivos, grupos e instituições que se relacionam com o público jovem, fossem estes internos ou externos à universidade, que, por sua vez, divulgaram o questionário em informes institucionais, jornais locais, redes sociais e listas de e-mail, alcançando assim seus públicos e redes de jovens; c) disseminação do link de acesso ao questionário por meio de redes sociais. As duas últimas estratégias visaram obter uma diversidade de participantes, referente a localidades ou classe social.

A partir da coleta e do tratamento dos dados obtidos por meio deste instrumento, foi realizada a etapa final da pesquisa, envolvendo a síntese, interpretação e triangulação das informações³.

4. 2 Análise temática:

Optou-se pela análise temática para análise dos dados, que tem como elemento central a percepção de categorias que caracterizam parte das informações, orientando sua interpretação (Minayo, 1994). Empregou-se esta técnica a fim de sintetizar as percepções existentes acerca

² Ao acessar o questionário, cada participante foi direcionado inicialmente para uma pergunta obrigatória sobre sua idade, indicando ser maior ou menor de 18 anos. A partir dessa resposta, seguiram fluxos distintos: os participantes maiores de 18 anos foram inicialmente direcionados à página correspondente ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Somente após a leitura e aceite do TCLE tiveram acesso ao questionário. Após o envio de suas respostas, cada participante recebeu uma cópia do formulário, contendo o TCLE, para arquivamento, conforme indicado no termo. Para os participantes entre 15 e 18 anos incompletos, o TCLE indicava primeiramente o consentimento a ser respondido pelos responsáveis legais, que, guiados pelo texto informativo, autorizavam ou não a participação do jovem. Após a autorização, buscou-se o assentimento do jovem, que foi direcionado à página correspondente ao Termo de Assentimento (TA), o qual explicava a pesquisa de forma acessível e reforçava a autonomia do participante para aceitar ou recusar a participação. Somente após o aceite do TA o jovem teve acesso ao questionário. Após o envio das respostas, os participantes receberam cópia do formulário contendo ambos os documentos, TCLE e TA, a serem arquivados conforme indicado.

³ O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos sob parecer nº7.736.377.

dos jovens apreendidas dos documentos das políticas públicas, bem como das respostas ao questionário, buscando pontuar como estas se referem, se direcionam e fundamentam ações com este grupo.

5. ANÁLISE DOCUMENTAL

5.1 Panorama inicial

Com o início da primeira fase da pesquisa, dedicada ao mapeamento e à investigação documental das políticas públicas de juventude, nos deparamos com um cenário marcado por entraves significativos, como a fragmentação da informação, a desatualização de alguns dados e a dispersão das informações nos canais oficiais digitais. Tais elementos tornam a busca e a sistematização dos dados um processo complexo, demonstrando, de forma importante, fragilidades na gestão e na comunicação da informação. Assim, logo se nota a dificuldade em obter uma visão abrangente e efetiva das ações voltadas às juventudes na esfera pública federal.

Torna-se passível de reflexão já nesta etapa que a fragilidade identificada não é um fenômeno isolado, mas a expressão de um problema estrutural e persistente no campo das políticas públicas brasileiras, principalmente no que se refere a políticas sociais. Diversos estudos no campo das políticas sociais têm apontado, por exemplo, como o histórico de práticas clientelistas contribuiu para consolidar uma cultura de tutela no Brasil, pouco favorável ao efetivo protagonismo e emancipação dos sujeitos (Yazbek, 2008). Nos parece que, infelizmente, estes aspectos continuam ecoando quando nos voltamos às políticas de juventude e identificamos que estas estão sob entraves que dificultam o conhecimento dos jovens sobre os programas e ações que lhes são destinados.

Para ampliação dos canais para a busca documental, foram incluídas fontes digitais oficiais do governo federal brasileiro, para além da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), como domínios de diversos ministérios, a biblioteca digital do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e o Diário Oficial da União. A extensão da busca a outros sites justifica-se pela existência de programas e políticas setoriais, executadas por outros ministérios – como Saúde, Educação, Trabalho, Cultura, Esporte e Assistência Social –, que não estão contidos no portal da SNJ, sendo que a execução e a gestão destes programas por vezes ainda não ocorrem de forma coordenada e integrada, fato que já aparecia como um desafio à PNJ em anos anteriores, de acordo com Castro, Aquino e Andrade (2009).

Nestas fontes, buscou-se documentos como políticas públicas, projetos governamentais e legislações que envolvessem as juventudes, de modo a abarcar a diversidade de materiais disponíveis. Foram então incluídos: documentos legais e normativos, como legislações, portarias e decretos; páginas online de programas e ações governamentais – que apresentam ao público seus objetivos e outras informações, como público-alvo e modos de funcionamento; além de documentos ou projetos-base e materiais técnicos, que fundamentam e orientam a execução das iniciativas. No entanto, muitos destes documentos se concentram na execução das ações, o que limita a análise proposta no que tange ao seu impacto efetivo com relação à sua medida de implementação. Além disso, salienta-se que políticas estaduais ou municipais não foram incluídas nesta análise, que se concentrou no nível federal.

De início, no levantamento preliminar, foram encontrados 27 programas, projetos, planos e ações que contemplavam às juventudes. Destes, foram selecionados 19 que se encaixam nos seguintes critérios de inclusão: i. aqueles que explicitavam potencial benefício às juventudes em sua formulação; ii. que foram criados ou tiveram atualização, reformulação e continuidade a partir de 2005, data de implementação da SNJ; e iii. que se configuram como ações governamentais vigentes. Sendo que a maior concentração de criação de iniciativas governamentais para a juventude, entre as ações analisadas, é observada em dois momentos: a primeira metade dos anos 2000 e, mais recentemente, a partir de 2023.

As ações encontradas foram organizadas a partir de eixos temáticos – de modo que alguns englobam mais de um eixo em suas proposições –, os quais refletem as esferas declaradas ou percebidas como demandas prioritárias. Destacam-se, como ilustrado na tabela 1, os seguintes eixos: Educação (7); Profissionalização (4); Cidadania, Participação Social e Política (4); Cultura (3); Trabalho e Renda (2); Esportes (2); Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar (2); Saúde (1); Segurança Pública e Justiça (1). Essa distribuição revela maior ênfase em iniciativas relacionadas à educação e à profissionalização, enquanto temas como saúde e segurança pública e justiça estão menos presentes nos programas federais identificados. A Tabela 1 lista os programas analisados.

Tabela 1 - Ações analisadas				
	Ação	Principais eixos	Objetivo e definição	Faixa etária e público alvo

Tabela 1 - Ações analisadas				
1	Programa Pé-de-Meia	Educação	Incentivar a permanência e conclusão do ensino médio público, promovendo inclusão e mobilidade social, por meio de auxílio financeiro aos estudantes conforme matrícula, frequência e aprovação nos anos escolares.	Jovens matriculados no ensino médio público
2	Programa Universidade para todos (ProUni)	Educação	Ampliar o acesso de estudantes ao ensino superior, especialmente aqueles provenientes de famílias de baixa renda, por meio da oferta de bolsas de estudo integrais e parciais, em instituições de educação superior privadas.	Estudantes sem diploma de nível superior - seja jovem ou adulto - que atenda critérios socioeconômicos e acadêmicos estabelecidos pelo programa.
3	Rede Cursinhos Populares (CPOP)	Educação	Rede de apoio a cursinhos populares que oferece suporte técnico e financeiro para estudantes da rede pública se prepararem para o ensino superior, especialmente pelo Enem, garantindo a permanência dos estudantes.	Jovens que querem ingressar no ensino superior (cursando ensino médio, EJA ou egressos que não estejam cursando educação superior)
4	Projovem Urbano	Educação; Profissionalização	Conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e participação cidadã, através de um curso que integra estas três dimensões formativas.	Jovens com 18 a 29 anos residentes em áreas urbanas (prioritariamente jovens residentes nos municípios ou regiões com maiores índices de violência contra a juventude negra)
5	Programa Nacional de Integração da Educação Básica com a Educação Profissional - PROEJA	Educação; Profissionalização	Proporcionar o acesso do público de EJA ao ensino médio, integrando-o à educação profissional técnica de nível médio por meio de cursos integrados, permitindo que jovens e adultos concluam a escolaridade e adquiram habilidades para o mercado de trabalho.	Sujeitos com idade superior ou igual a 18 anos, com trajetória escolar descontínua, que já tenham concluído o ensino fundamental

Tabela 1 - Ações analisadas				
6	Projovem Trabalhador	Educação; Trabalho e renda	Qualificação profissional de jovens para inclusão e permanência no mercado de trabalho. A partir da oferta de cursos, com possível apoio financeiro, de acordo com as demandas do mercado de trabalho local, além de cadastro do jovem no Sistema Nacional de Emprego (Sine) para ser encaminhado a oportunidades de trabalho.	Jovens com faixa etária dos 18 aos 29 anos, que estejam desempregados e não estejam estudando, pertencentes a famílias com renda mensal per capita de um salário-mínimo.
7	Projovem Campo	Educação; Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar	Reintegrar jovens agricultores familiares ao processo educacional e elevar sua escolaridade, promovendo formação social e qualificação profissional. Tal ação desenvolve-se por meio de curso, com possível apoio financeiro, com duração de 24 meses, alternando atividades na escola com atividades realizadas no contexto da família e da comunidade.	Jovens agricultores familiares com idade entre 18 e 29 anos que saibam ler e escrever mas não tenham concluído o ensino fundamental.
8	Programa Jovem Aprendiz / Aprendizagem profissional	Trabalho e renda; Profissionalização	Reduzir desigualdades e o desemprego, desenvolver habilidades profissionais e incentivar a permanência nos estudos, por meio da contratação formal de jovens aprendizes com registro em carteira e oferta de formação técnico-profissional.	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos
9	Projeto Soldado Cidadão	Profissionalização	Qualificar profissionalmente jovens voluntários do Serviço Militar, oferecendo cursos técnico-profissionais para facilitar o ingresso no mercado de trabalho ao término do serviço.	Jovens de 18 a 22 anos (faixa etária que corresponde ao período de serviço militar obrigatório).
10	Programa ID Jovem (Identidade Jovem)	Cidadania, participação social e política; Cultura	Apoiar o acesso de jovens em situação de vulnerabilidade ao transporte, cultura e esporte, reduzindo desigualdades e ampliando oportunidades. A partir da garantia de benefícios, como por exemplo meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos, e vagas com 50% de desconto em transportes interestaduais.	Jovens de 15 a 29 anos com baixa renda.
11	Plano Juventude Negra Viva	Cidadania, participação social e política; Cultura	Reduzir a violência e as vulnerabilidades sociais da juventude negra, enfrentando o racismo estrutural, por meio do fomento a iniciativas culturais afro-brasileiras e da ampliação de políticas de saúde mental	Juventude negra entre 15 e 29 anos.

Tabela 1 - Ações analisadas				
			voltadas às suas especificidades.	
12	Programa Estação Juventude	Cidadania, participação social e política	Fomentar a implantação de equipamentos públicos que ofereçam às juventudes acesso a programas, ações e serviços, contribuindo para a garantia de direitos, inclusão, autonomia e participação social, por meio de gestores capacitados, informações, orientações e atividades nos territórios.	Jovens de 15 a 29 anos.
13	Projeto Rondon	Cidadania, participação social e política	Promover o desenvolvimento da cidadania de estudantes universitários e contribuir para a inclusão social e redução de desigualdades regionais, por meio de operações temáticas em comunidades.	Estudantes universitários.
14	Programa Bolsa-atleta	Esportes	Garantir que atletas possam se dedicar integralmente ao esporte, oferecendo apoio financeiro mensal para cobrir despesas de treinamento, alimentação e transporte, contribuindo para o fortalecimento do esporte nacional.	Atletas de alto rendimento independente da modalidade. Sem faixa-etária definida, varia de acordo com as modalidades.
15	Programa Segundo Tempo Padrão e Universitário	Esportes	Democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte, promovendo o desenvolvimento integral, a formação cidadã e melhoria de qualidade de vida de crianças, adolescentes e jovens, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social através de práticas corporais e esportivas.	Crianças e adolescentes com faixa etária de 6 a 17 anos no caso da modalidade padrão, ou 18 a 29 anos na modalidade universitária.
16	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci II)	Segurança Pública e Justiça	Combinar ações de segurança pública com políticas sociais para prevenir e combater a criminalidade, proteger vítimas e promover os direitos humanos, incentivando a cultura de paz, o desarmamento e o respeito à diversidade. Propõe ações específicas de combate à violência contra mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.	Foco prioritário dos programas, projetos e ações que compõem o PRONASCI: Jovens de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos.

Tabela 1 - Ações analisadas				
17	Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR)	Desenvolvimento Rural Sustentável e Agricultura Familiar	Ampliar o acesso da juventude rural a serviços públicos, à terra e a oportunidades de trabalho e renda, promovendo inclusão produtiva, educação básica e técnica adaptada ao meio rural, e fortalecendo a participação dos jovens nos espaços de decisão e nas políticas da agricultura familiar e reforma agrária, por meio de regularização fundiária, incentivo ao empreendedorismo e apoio às organizações juvenis.	Jovens entre 15 e 29 anos, mulheres e homens, da agricultura familiar, reforma agrária e dos povos e comunidades tradicionais: indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, ribeirinhos, extrativistas, entre outros.
18	Programa Rouanet da Juventude	Cultura	Fortalecer e apoiar ações culturais para jovens das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, ampliando o acesso ao fomento da Lei Rouanet por meio de empreendedorismo, capacitações, treinamentos e formações educacionais.	Jovens brasileiros, com idades entre 15 e 29 anos, das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
19	Programa Saúde na escola - PSE	Saúde	Integrar a saúde e educação para o desenvolvimento da cidadania, contribuindo para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Por meio de visitas periódicas das equipes da Atenção Primária à Saúde.	Crianças, adolescentes e jovens estudantes da educação pública.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

No entanto, é essencial salientarmos que, para além da identificação das áreas abordadas nas ações componentes da política pública de juventude, se faz necessário problematizar quais concepções estão subjacentes a cada uma delas. Uma vez que os sentidos atribuídos a esses conceitos impactam diretamente os modos de formulação, execução e alcance das políticas. Dessa forma, qualquer política tem potencial para se configurar como um espaço de promoção da autonomia, de protagonismo juvenil e da construção coletiva, desde que esteja efetivamente articulada às realidades, aos territórios e às demandas concretas das juventudes. Por outro lado, na ausência desse alinhamento, estas ações tendem a se restringir a meros instrumentos de

controle social, sustentados por concepções reducionistas e homogeneizadoras sobre as juventudes, frequentemente descoladas das dinâmicas, dos contextos e dos modos de vida que os atravessam.

Isto posto, seguimos com a análise dos materiais, assumindo uma abordagem crítica interpretativa e buscando compreender “o que dizem e revelam quanto a percepção implícita sobre as juventudes?” e “de que juventudes estão falando?”, de modo a relacionar essas concepções às ações, diretrizes e formas de operacionalização presentes em cada programa. Por meio da análise temática – cujo elemento central é a percepção de categorias que caracterizam partes da informação (Minayo, 1994) – buscou-se identificar a compreensão tida acerca das juventudes nas formulações institucionais, bem como os direcionamentos das ações destinadas a esse grupo na atualidade.

Nesse sentido, deu-se destaque para trechos que indicavam a definição dos objetivos das ações, a forma como os jovens eram nomeados ou representados – ou ainda quando permaneciam ausentes no discurso –, o público-alvo priorizado, os principais eixos de ação e os executores institucionais. Além disso, buscou-se compreender de que juventudes se tratava em cada iniciativa, observando se havia menção explícita a marcadores sociais como classe, gênero, raça, território ou escolarização. Dessa forma, objetivou-se não apenas mapear os programas, mas também identificar as concepções de juventude subjacentes às formulações governamentais e seus efeitos sobre o desenho e a implementação das políticas públicas destinadas a esse grupo social.

Isto posto, foi possível agrupar as principais abordagens em cinco categorias analíticas (como ilustrado na Tabela 2), construídas com base na recorrência de padrões discursivos e/ou de enfoques encontrados nos textos e em diálogo com categorização prévia realizada por Abramo (2005). As análises feitas por Abramo (2005), realizadas antes da institucionalização nacional de uma política para juventude nacionalmente, se debruçou sobre o debate acerca dos princípios subjacentes às ações públicas que são executadas, tendo, à época, identificado diferentes paradigmas acerca da juventude nas políticas públicas, destacando: juventude como período preparatório, juventude como etapa problemática, jovem como ator estratégico do desenvolvimento, juventude cidadã como sujeito das políticas. De modo que essas categorias mostram-se ainda atuais, na medida em que revelam um imaginário sociopolítico acerca do que deve ser feito junto aos jovens, nomeando as noções de juventude implícitas às suas formulações. Para as análises aqui apresentadas, tendo como base tais discussões, foram

escolhidas as seguintes categorias: “Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva”, “Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional”, “Juventude como agente de transformação social”, “Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social” e “Foco em um setor específico”, sendo que a tabela 2 apresenta a classificação realizada.

Tabela 2 - Análise temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025		
1. JUVENTUDE ENQUANTO CAPITAL HUMANO EM PROCESSO DE INSERÇÃO PRODUTIVA		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Trabalhador	2005	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Aprendizagem Profissional*	2000	Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)
Projeto Soldado Cidadão	2004	Ministério da Defesa, com o apoio das Forças Armadas
Programa Rouanet da Juventude	2025	Ministério da Cultura (MinC)
2. JUVENTUDE ENQUANTO CAPITAL HUMANO EM PROCESSO DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Universidade para Todos (ProUni)	2004	Ministério da Educação (MEC)
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	2006	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC)
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano	2008	Iniciativa interministerial, executada pelo Ministério da Educação (MEC)
Programa Pé de Meia	2024	Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC)
Rede de Cursinhos Populares (C-POP)	2025	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação (MEC).
3. JUVENTUDE COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL		

Tabela 2 - Análise temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Projeto Rondon	1967	Iniciativa interministerial, coordenada pelo Ministério da Defesa
Programa Estação da Juventude	2023	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com outros ministérios, estados, municípios e organizações da sociedade civil
4. JUVENTUDE ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS E INCLUSÃO SOCIAL		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Segundo Tempo	2003	Ministério do Esporte, com parcerias interministeriais
Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)	2006	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC)
Programa Saúde na Escola (PSE)	2007	Iniciativa intersetorial dos Ministérios da Saúde e da Educação
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano	2008	Iniciativa interministerial, executada pelo Ministério da Educação (MEC)
Programa Identidade Jovem (ID Jovem)	2013	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), com articulação interministerial e interinstitucional
Programa Estação da Juventude	2023	Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) em parceria com outros ministérios, estados, municípios e organizações da sociedade civil
Plano Juventude Negra Viva	2024	Ministério da Igualdade Racial (MIR), com articulação interministerial e interinstitucional
Programa Pé de Meia	2024	Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação (MEC)
Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural	2025	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), com articulação interministerial e interinstitucional
5. FOCO EM UM SETOR ESPECÍFICO		

Tabela 2 - Análise temática das ações governamentais de juventude vigentes em 2025		
PROGRAMAS:	ANO DE CRIAÇÃO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania 2 (PRONASCI II)	2023	Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em articulação com outros ministérios e órgãos governamentais
Programa Bolsa-Atleta	2004	Ministério do Esporte (MESP)

Fonte: Elaboração própria, 2025.

5.2 Categorias analíticas:

5.2.1 Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva

A primeira categoria analítica “Juventude enquanto capital humano em processo de inserção produtiva”, em diálogo com a “juventude como um período preparatório”, com foco na preparação para a vida adulta, segundo Abramo (2005); reflete ações que veem o jovem como sujeito de potencial produtivo a ser preparado e integrado ao mercado de trabalho. Sendo que o foco temático das iniciativas descritas recai sobre o trabalho, a geração de renda e a profissionalização, ou seja, o desenvolvimento de atividades econômicas, tendo como objetivo final a inserção do jovem no sistema econômico.

A abordagem descrita é materializada e apreendida das seguintes iniciativas: Programa Jovem Aprendiz, ProJovem Trabalhador, Projeto Soldado Cidadão e Programa Rouanet da Juventude. Nos programas Jovem Aprendiz e do ProJovem Trabalhador, o foco recai sobre a profissionalização e a inserção social mediada por integração produtiva, apesar de reconhecerem dimensões sociais e formativas mais amplas. No caso do ProJovem Trabalhador, essa diretriz se explicita em seu objetivo geral de:

Promover a criação de oportunidades de trabalho, emprego e renda para os jovens em situação de maior vulnerabilidade frente ao mundo do trabalho, por meio da qualificação socioprofissional com vistas à sua inserção e permanência ao mundo do trabalho (Portaria SEMP/MTE nº 738, de 16 de maio de 2024).

Já com relação ao programa Jovem Aprendiz, pontua-se, de acordo com informação disponível em site governamental, que: “Além de inseri-los no mercado de trabalho, oportuniza às empresas formarem mão-de-obra qualificada.” (Brasil, 2025, s/p). Enquanto o Projeto Soldado Cidadão atua na transição do serviço cívico militar obrigatório para a vida civil e

consequentemente para o mercado de trabalho, ao postular como uma de suas finalidades: “III - capacitar pessoal com habilitações adequadas para o preenchimento de claros no mercado de trabalho.” (Brasil, 2022, s/p). O Programa Rouanet da Juventude, por sua vez, exemplifica essa visão ao direcionar o fomento cultural para a formação de novos agentes na economia da cultura — tendo em vista que em seu edital determina-se que:

O escopo principal do projeto deverá ser atividade formativa de capacitação profissionalizante, com objetivo de contribuir para inclusão produtiva de jovens entre 15 e 29 anos no mercado de trabalho da cultura, artes e economia criativa (Brasil, 2025, s/p).

Reforçando a noção do jovem como um capital a ser aprimorado e incentivado em suas habilidades produtivas, essas ações, embora tenham algumas especificidades e contextos distintos, compartilham a visão do jovem como potencial produtivo a ser moldado, incentivado e inserido no mercado de trabalho. Todas se configuram como ações compensatórias e focais (IPEA, 2003), isto é, ações dirigidas a segmentos específicos, que não visam alcançar o grupo como um todo — como acontece em políticas universais. O que é explicitado na sua organização em ações direcionadas a grupos específicos das juventudes, aqueles que enfrentam vulnerabilidades socioeconômicas ou lacunas de qualificação, buscando corrigir aspectos preexistentes que as colocam em situação de desigualdade, visando sua entrada ou reentrada no mercado de trabalho.

Ressaltamos ainda que o termo “capital humano” é intencionalmente empregado nesta categoria, visto que pode ser entendido como uma racionalidade política que vê a juventude através da dimensão econômica. Tal noção, como problematizada por Foucault (2008) ao discutir a governamentalidade neoliberal, reduz a vida, seus contextos e as habilidades individuais a um capital a ser investido e gerido. Todavia, é necessário destacar que, num contexto de desigualdade histórica, as ações analisadas também pretendem cumprir o papel de oferecer recursos e oportunidades, ainda que sem enfrentar as raízes estruturais da questão. O uso deste termo neste trabalho, portanto, busca evidenciar criticamente a tensão entre uma dimensão que se apresenta e projeta com intenção de ação inclusiva, em meio a lógica econômica que aponta para a integração ao mercado como condição de inclusão social — sem, contudo, questionar as limitações desta inserção (Gonzalez, 2009).

5.2.2 Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional

A segunda categoria analítica “Juventude enquanto capital humano em processo de formação educacional” tem grande articulação com a noção anterior, contudo, se difere por focar na base de conhecimento e na qualificação acadêmica como o principal caminho para a consecução de suas propostas. Esta abordagem se manifesta em ações como ProUni, Pé de meia, PROEJA, Projovem campo, Projovem urbano e na Rede de Cursinhos Populares (C-POP). Nota-se que, em todos os casos, o retorno, permanência ou continuidade dos estudos se alia a percepção de desenvolvimento futuro em conjunto ao direito de acesso à educação. Considera-se essencial a proposição de ações políticas destinadas à promoção do acesso a este direito fundamental que, além da visão de preparação, embute a vivência da possibilidade da reflexividade e desenvolvimento do pensamento crítico, características fundamentais da Educação.

Esta relação é explicitamente reconhecida em documentos oficiais, no relatório de avaliação do ciclo de 2022 do ProUni, por exemplo, observa-se:

Os impactos decorrentes do Programa podem ser relacionados com o aumento do número de pessoas com formação de nível superior, suprimindo a deficiência de profissionais em diversas áreas. É possível ainda que se tenha uma melhoria da empregabilidade dos egressos no mercado de trabalho, aliado a uma melhor qualificação do capital humano e maior resiliência ao desemprego. Tais fatores influenciam no incremento da competitividade e produtividade no mercado de trabalho, o que traz como consequência o incremento da renda (Brasil, 2022, p.20).

Novamente, no Plano de Monitoramento e avaliação do programa Pé-de-meia, tem-se a consciência de que:

A juventude marca o início da construção da vida profissional do indivíduo, um aspecto de suma importância para o futuro, especialmente para os jovens em situação de vulnerabilidade social. A falta de qualificação educacional pode resultar em baixa possibilidade de conseguir empregos melhores, gerando uma força de trabalho menos produtiva e competitiva, prejudicando a economia do país a longo prazo (Brasil, 2024, p.9-10).

Logo nota-se a dualidade entre a educação como investimento para qualificação futura e como direito que garante inclusão social no presente e formação crítica cidadã.

De modo semelhante, os demais programas nesta categoria também evidenciam essa

orientação. No documento base que descreve a modalidade Projovem Campo, por exemplo, destaca-se que a qualificação tanto social quanto profissional é “intimamente ligada à produção e reprodução da força de trabalho” e por isso “têm um enorme papel na possibilidade dos indivíduos adentrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo produtivo” (Brasil, 2008, s/p). No Projovem Urbano, registra-se em seu projeto pedagógico o compromisso em integrar a “conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional inicial e experiências de participação cidadã” (Brasil, 2008, s/p). Já no edital de 2025 da Rede de Cursinhos Populares (C-POP) fica explicitado que a finalidade central é “preparar estudantes para o Enem e outros vestibulares para o acesso às Instituições de Ensino Superior (IES)” (Brasil, 2025, p.1).

Assim, apesar de terem mecanismos diferentes em sua implementação e enfoque, todas essas iniciativas se direcionam à ampliação do acesso e à permanência de jovens no sistema educacional, agindo para corrigir desigualdades e lacunas de acesso a equipamentos de educação e conseqüentemente níveis de escolaridade. O ProUni e a Rede C-Pop, por exemplo, investem na formação superior e pré-vestibular como forma de garantir a ascensão social e a qualificação de mão de obra, enquanto o Pé de Meia atua para combater a evasão escolar no ensino médio. Já os programas Proeja e ProJovem (em suas modalidades Campo e Urbano), por sua vez, visam garantir que o jovem que abandonou os estudos tenha a oportunidade de concluir o ensino fundamental.

Conseqüentemente, também dialogam diretamente com os paradigmas “juventude como período preparatório” e “juventude cidadã como sujeito de direitos”, proposto por Abramo (2005). Sob esta compreensão, a educação e a qualificação são percebidas como instrumentos para a prosperidade do cidadão, aliando-se a afirmação destes aspectos enquanto primordiais à ampliação do acesso a oportunidades. Atualmente, mesmo com avanços na escolarização básica, o cenário educacional brasileiro ainda é marcado por profundas desigualdades que afetam a juventude. Conforme dados da PNAD Contínua (IBGE, 2024), mais de 8 milhões de jovens entre 14 e 29 anos não haviam completado o ensino médio em 2024. Os dados apontam ainda que o problema é acentuado por marcadores sociais, sendo que a maioria desses jovens é homem (59,1%) e negro (72,5%). Expressando com isso que o enfoque político não deve se sustentar apenas no potencial do jovem como futuro, mas em seu direito presente de acesso e permanência no sistema educacional, independentemente de sua condição social, raça ou de outros marcadores sociais da diferença (Melo; Malfitano; Lopes, 2020).

Nesse sentido, as ações desta categoria, ao postularem suas ações de modo a reconhecer

entraves estruturais e as formularem para garantir a conclusão dos estudos ou o acesso ao ensino superior, demonstram uma visão que, embora instrumental, também age para garantir um direito fundamental. Opera-se na tensão entre a formação para o mercado — já que este tem centralidade inevitável na sociedade —, e consequente manutenção deste sistema, e a função emancipatória da educação. Por isso, enquanto respondem a demandas econômicas e à lógica do capital, ainda constituem espaço de ampliação de oportunidades e reconhecimento de cidadania, evitando reduzir a educação a simples mercadoria (Rodrigues, 1997). Portanto, compreende-se que a educação é um meio para o desenvolvimento do capital humano, mas a própria oferta dessa educação é um ato de garantia de direitos.

5.2.3 Juventude como agente de transformação social

A categoria analítica “Juventude como agente de transformação social” reflete uma noção que se contrapõe às anteriores ao deslocar o foco do jovem como um indivíduo a ser preparado para um sujeito com potenciais e plena capacidade de atuação política e social. Este paradigma aborda a juventude não como um futuro em construção, mas sim como um sujeito com potencial de impactar e transformar o presente. Em diálogo com Abramo (2005), na classificação jovem como ator estratégico do desenvolvimento, os riscos são uma responsabilização dos jovens pela mudança junto a uma desresponsabilização social para este horizonte.

Nesta abordagem, as ações, como Projeto Rondon e o Programa Estação Juventude, atuam para criar espaços e mecanismos que capacitem os jovens a participarem ativamente na resolução de problemáticas sociais. A lógica é a de protagonismo juvenil, onde o papel do Estado é menos de provedor de soluções e mais de facilitador da ação da própria juventude.

Como afirma o Guia do Rondonista, ao descrever o programa entende-se que:

O Projeto Rondon constitui uma oportunidade para os jovens universitários vivenciarem diferentes realidades do nosso Brasil, colocarem em prática o que aprenderam nas salas de aula e trocarem saberes. A partir da interação com a comunidade, os rondonistas retornam à instituição e refletem sobre a sua própria construção como estudantes-cidadãos e como futuros profissionais comprometidos com a busca de soluções para os problemas nacionais. (Brasil, 2020, s/p).

A mesma noção encontra-se na Portaria SG/PR nº 172, de 14 de dezembro de 2023, que

institui o Programa Estação da Juventude:

Art. 1º Fica instituído o Programa Estação Juventude que é uma estratégia da Secretaria Nacional de Juventude para, em conjunto com estados e municípios, potencializar o acesso a tecnologias sociais para a oferta de serviços que contribuirão na emancipação, promoção e garantia dos direitos dos jovens e no fortalecimento do protagonismo juvenil nos territórios. (Brasil, 2023)

Por isso, dialoga diretamente com um outro paradigma na análise de Abramo (2005): a "juventude como protagonista". Diferentemente das visões que a enxergam como um problema a ser contido ou como um objeto a ser preparado, esta perspectiva reconhece a juventude como um sujeito social e político ativo, com a capacidade de transformar sua própria realidade e a sociedade. Assim a atuação do Estado se desloca de uma postura paternalista para uma de “facilitação”, promovendo autonomia e participação, passando a focar na emancipação juvenil como um meio para o desenvolvimento.

Apesar de seu caráter progressista, essa visão de protagonismo juvenil não está isenta de críticas (Castro, 2021; Novaes, 2019; Groppo, 2017). Conforme apontado por Abramo (2005), há o risco de que as políticas que promovem a ativa participação social acabem por depositar nos jovens a carga de resolver problemas para os quais o próprio Estado não consegue dar respostas efetivas. Entretanto, as iniciativas vigentes apontadas revelam na verdade uma nova dinâmica de coparticipação, ao oferecerem subsídios e espaços para que a própria juventude atue dentro ou fora de suas comunidades com apoio de outras diretrizes que não limitam a responsabilidade ao jovem, em um movimento de soma.

5.2.4 Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social

A categoria analítica “Juventude enquanto sujeito de direitos e inclusão social” se apresenta enfim a partir da compreensão do jovem como cidadão com direitos fundamentais que precisam ser garantidos pelo Estado, definido por Abram (2005) como juventude cidadã como sujeito das políticas. Este imaginário se afasta da visão utilitarista ou instrumental, focando na garantia de direitos inerentes à condição humana e ao cidadão.

As políticas que se enquadram nesta, felizmente extensa, categoria têm como objetivo a inclusão social e a proteção de populações juvenis historicamente vulneráveis, por meio do acesso a bens e serviços essenciais. Nela estão presentes as ações: ID Jovem; Programa Estação

Juventude; Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; Plano Juventude Negra Viva; Programa Segundo Tempo; Programa Pé-de-meia; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Programa Saúde na Escola (PSE); e Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) - Campo e Urbano.

A lógica do Estado, nessas iniciativas, é democratizar o acesso e assegurar direitos. O Plano Juventude Negra Viva, por exemplo, pontua como objetivo “III - promover o acesso da juventude negra a serviços públicos e direitos” (Brasil, 2024), reconhecendo assim o direito fundamental à vida e à segurança de uma população específica que tem sido historicamente negligenciada. O Programa Segundo Tempo, por sua vez, atua para garantir o acesso ao direito ao esporte e ao lazer como ferramenta de inclusão social, sobretudo em territórios vulneráveis. O programa aponta em suas diretrizes:

Direito de Cidadania: tendo em vista que o esporte e o lazer estão preceituados enquanto direitos pela Constituição Federal e por demais ordenamentos infraconstitucionais, por meio do desenvolvimento do esporte educacional e de suas diversas manifestações, esses são reconhecidos e materializados de modo a avançar para além de sua legitimidade, isto é, apresentam-se enquanto prática social comprometida com os avanços sociais, como a equidade e a justiça social. (Brasil, 2021, s/p).

O ID Jovem materializa o direito à mobilidade, ao acesso à cultura e ao esporte ao fornecer um documento que assegura o acesso de jovens de baixa renda a eventos e transportes, dentre outras disposições (Barcelos *et al*, 2018). Outrossim, a Portaria SG/PR nº 172/2023, que institui o Programa Estação Juventude, reforça a visão do jovem como sujeito de direitos em seu objetivo “Ampliar o acesso de jovens entre 15 a 29 anos a políticas, programas e ações que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social” (Brasil, 2023).

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, criado por um grupo de trabalho interministerial, parte do reconhecimento da juventude rural como grupo com demandas específicas e garante ações estatais que as respondam e garantam como direitos. Tal percepção acerca da juventude é apreendida em diversos trechos do documento que o fundamenta, à título de exemplo tem-se:

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Secretaria Geral da Presidência da República enxergam a juventude do campo, das águas e das florestas não apenas na perspectiva da produção de alimentos – elemento importante e vital para o fortalecimento da sucessão familiar –, mas como indivíduos com direitos a serem contemplados: acesso à terra, moradia, trabalho, renda, instrumentos que melhorem e facilitem sua produção, educação, qualidade de vida e, não menos importante, participação em espaços de decisão, acesso à comunicação de qualidade, enfim todos os direitos que só a democracia pode oferecer a todas e todos. (Brasil, 2024, p. 3)

Entre as ações que extrapolam esta categoria está o Programa Saúde na Escola (PSE), que estabelece como diretriz a “integralidade, tratando a saúde e a educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos [...]” e busca ainda fortalecer “a cidadania ativa, a defesa da democracia, o enfrentamento ao racismo e à misoginia e o senso de pertencimento das juventudes ao programa” (Brasil, Ministério da Saúde, 2025, s/p).

No âmbito da educação, também se enquadram nesta categoria os seguintes programas: Pé de Meia, que objetiva “democratizar o acesso e reduzir a desigualdade social entre os jovens” (Brasil, 2025, s/p); PROEJA, que reconhece a educação como direito e defende a formação “na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado” (Brasil, 2007, p.13); e o Projovem, nas modalidades Campo, que prioriza a construção de políticas em que os jovens rurais são reconhecidos como sujeitos de direitos (Brasil, 2008, p.5), e Urbano, voltado ao “desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania” (Brasil, 2008, p.10).

Em sua essência, a categoria reflete uma atuação do Estado que intenciona mitigar desigualdades e assegurar que as juventudes tenham acesso à cidadania. Destarte, essa categoria reflete precisamente o paradigma da "juventude como sujeito de direitos" proposto por Abramo (2005). Esta perspectiva representa um avanço fundamental nas políticas públicas, ao reconhecer que o jovem não é um problema a ser resolvido, uma expectativa de mudança ou um futuro a ser preparado, mas um indivíduo com direitos e deveres garantidos pela Constituição. As políticas que se encaixam nesta categoria são, portanto, parte da luta pelo reconhecimento de direitos, se afastam da visão instrumental e focam numa perspectiva de acesso à cidadania em uma perspectiva universal.

5.2.5 Foco em um setor específico

A categoria analítica “Foco em um setor específico” reflete uma abordagem na qual as políticas priorizam uma visão de juventude como um grupo que se beneficiará por ações específicas, não priorizando o grupo em si, mas sim demandas de um determinado setor das políticas sociais. Diferentemente da noção de jovem enquanto agente de transformação, com estímulo à participação e ação compartilhada, que prevê a participação na construção da política; nesta categoria a intervenção é unilateral e direcionada, visando alcançar um resultado a partir da focalização em um setor.

Essa visão foi identificada em programas como o Pronasci II e o Programa Bolsa-Atleta. O Pronasci II, por exemplo, no setor da segurança pública, atua para reduzir a violência e a criminalidade, tomando a juventude como público-alvo para ações de prevenção. Apesar de anunciar como diretriz a promoção aos direitos humanos e uma cultura de paz, opera-se a partir de uma lógica de intervenção unilateral, para ações de prevenção à criminalidade. O programa parece agir sobre a juventude, em vez de construir com ela a mudança de cultura acerca da violência. Embora o decreto 11.436/2023 liste os eixos prioritários do Pronasci II de forma geral (fomento a políticas de enfrentamento à violência contra mulheres, foco em territórios vulneráveis, etc.), as ações concretas que incluem os jovens são enquadradas como intervenção direcionada. A Ação Estratégica 12 do PNSP 2021-2030, que é a diretriz para muitas ações do PRONASCI 2, define: “Desenvolver e apoiar ações articuladas com outros setores, públicos e privados, destinadas à prevenção e à repressão à violência e à criminalidade relacionadas às mulheres, aos jovens e a outros grupos vulneráveis.”

Essa formulação evidencia a centralidade da juventude como público a ser alcançado, mas não assegura sua participação como agente colaborativo na construção de uma nova cultura de convivência e cidadania. Como observa Martins (2019), tais enunciados produzem efeitos concretos, o programa, ainda que sob o signo da inclusão em algumas de suas diretrizes, tende a reforçar a marcação simbólica de sujeitos como alvos de controle e não como sujeitos de direitos. Podemos relacionar com a categoria da juventude como etapa problemática, como proposto por Abramo (2005), a qual relaciona que os jovens estão relacionados à criminalidade e aos problemas de segurança pública.

O Bolsa-Atleta, por sua vez, se direciona como ação especificamente à juventude, porém, sua função central é do setor de esportes na formação de atletas de alto rendimento, deixando em segundo plano aspectos mais amplos da vida dos jovens. Nessa lógica, o programa discerne o jovem atleta como um recurso que recebe investimento para atingir a excelência

esportiva e gerar resultados para o país. Em ambos os casos, a lógica subjacente é a mesma: a juventude é o meio para alcançar um fim maior que é de interesse do Estado, seja a segurança pública ou o alto rendimento esportivo.

6. REFLEXOS DAS PERCEPÇÕES JUVENIS

6.1 Caracterização inicial

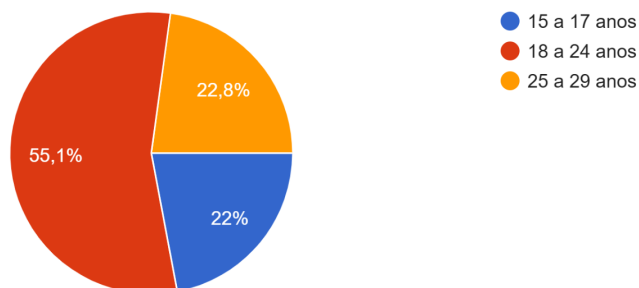
A segunda fase desta pesquisa objetivou aproximar-se das percepções dos jovens sobre si e suas realidades, a fim de captar dimensões sensíveis que muitas vezes não cabem em documentos, tendo sido aplicado um questionário disseminado online, com convite aberto à colaboração. O questionário (Anexo A) foi elaborado totalizando 20 perguntas, as quais visaram interligar aspectos objetivos e subjetivos das vivências dos jovens, divididas nas cinco seguintes seções e objetivos:

1. Perfil sociodemográfico: abrangendo idade, gênero, cor/raça/etnia e local de residência, a fim de mapear a diversidade e alguns dos possíveis marcadores sociais da diferença presentes nas realidades dos participantes;
2. Condições de vida e acesso a benefícios: abordando temas como fonte de renda e o acesso a serviços ou programas sociais, objetivando vislumbrar como se dá o aspecto socioeconômico na vivência de cada jovem que respondeu ao formulário;
3. Rede de apoio e relações sociais: compreendendo a natureza e a avaliação dessas relações, buscando vislumbrar como o jovem identifica apoio social em seu cotidiano;
4. Representação política e participação: focando nos conhecimentos e percepções dos jovens sobre as políticas públicas de juventude, intencionando avaliar o nível de conhecimento, engajamento e compreensão dos participantes sobre a esfera política;
5. Expectativas de futuro e percepções atuais dos jovens: buscando compreender planejamento de vida, expectativas e percepção acerca desta fase da vida.

O questionário ficou disponível por 17 dias e seguiu a distribuição descrita na seção de Caminhos Metodológicos. Obteve-se um total de 131 respostas. Dessas, 127 foram consideradas válidas, após a confirmação da aceitação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto à faixa-etária, ilustrada na Figura 1, a maioria dos participantes (70 pessoas, representando 55,1%) concentrou-se no grupo de 18 a 24 anos, seguido por

participantes na faixa de 25 a 29 anos (29 pessoas, ou 22,8%), enquanto os mais jovens, entre 15 e 17 anos, somaram 28 pessoas (22,1%).

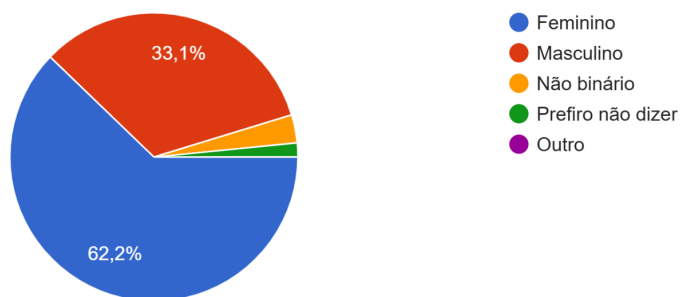
Figura 1. Faixa etária



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Já a caracterização dos colaboradores quanto ao gênero revelou-se predominantemente feminina, contando com 79 participantes (62,2%), 42 declararam-se do gênero masculino (33,1%), 4 pessoas que se declararam não binárias (3,1%) e 2 preferiram não informar (1,6%), como apresentado na Figura 2.

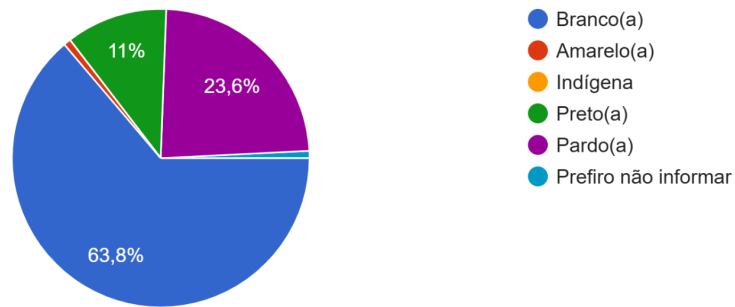
Figura 2. Gênero com o qual se identifica



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

No que tange à autodeclaração étnico-racial (Figura 3), a maioria dos participantes se identificou como branco (63,8%), seguida por pardos (23,6%), pretos (11%), amarelos (0,8%) e que preferiram não informar (0,8%).

Figura 3. Autodeclaração étnico-racial



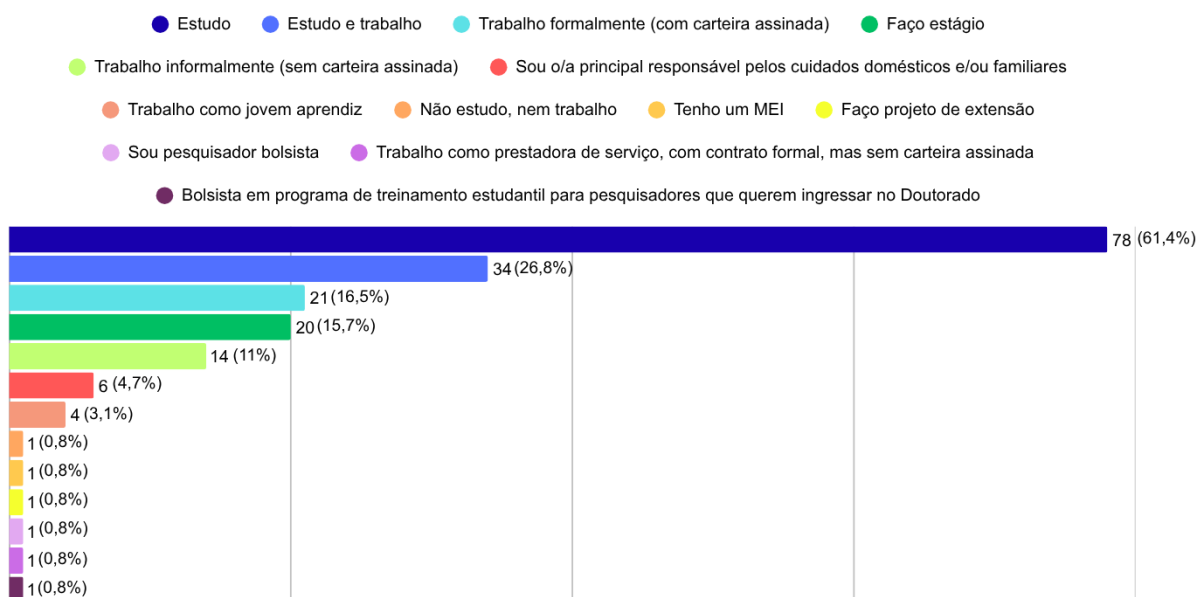
Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Já a respeito da localização onde vivem, foram registradas respostas de 29 cidades diferentes, abrangendo nove estados do país (distribuídos nas regiões sudeste, sul e nordeste), sendo 96,9% residentes da área urbana e a 3,1% residentes da área rural.

Logo convém observar nesta caracterização inicial que os participantes se concentraram em determinados perfis: jovens jovens (de 18 a 24 anos, diferenciando-se de jovens adolescentes e jovens adultos), brancos, mulheres e residentes da área urbana, configurando uma limitação da abrangência do estudo, dado que deve ser ponderado na interpretação dos resultados. É possível ainda inferir a possibilidade de que este recorte não seja aleatório, mas um reflexo da forma de distribuição do questionário, que se concentrou sobretudo em redes de contatos vinculadas ao campo acadêmico. Além disso, a coleta em formato online, embora tenha alcançado jovens de diferentes localidades, demandou o acesso à internet e à familiaridade com tecnologias digitais, que, embora seja predominante no Brasil, não representa a totalidade de jovens.

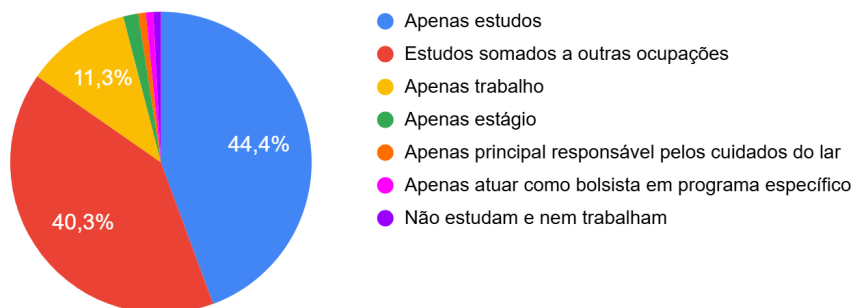
Retornando aos resultados, ao abordarmos as principais ocupações (Figura 4), cujas opções permitiam aos participantes selecionarem mais de uma opção devido a multiplicidade de atividades possíveis nesta fase; obtivemos que grande parte dos jovens sinalizou que estudam (61,4%), porém, no tratamento dos dados, contabilizamos que destes 44,4% têm apenas os estudos como sua principal ocupação, e 40,3% conciliam os estudos com outras ocupações (Figura 5).

Figura 4. Ocupações indicadas como as principais realizadas no cotidiano dos participantes



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Figura 5. Distribuição dos jovens segundo a principal ocupação indicada

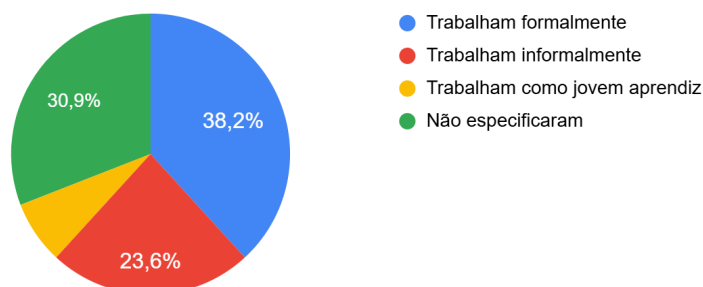


Fonte: elaboração própria a partir dos dados do questionário (2025)

Ressalta-se que, entre os participantes que trabalham, tanto aqueles para quem o trabalho constitui a ocupação principal quanto os que conciliam trabalho e estudo, 38,2% possuem vínculo formal, 23,6% vínculo informal, 7,3% como jovem aprendiz e 30,9% não especificaram (Figura 6). Isto pode nos indicar que boa parte dos jovens que estão trabalhando neste momento – os quais representam 43,3% dos colaboradores deste estudo – encontram-se em empregos com vínculo empregatício, com acesso a direitos trabalhistas e certa estabilidade, se comparado ao trabalho informal. Esse padrão reflete-se na observância de que muitos destes

sujeitos ainda estão em processo de formação educacional, como ensino médio ou superior, o que restringe a disponibilidade ou prioridade para empregos formais.

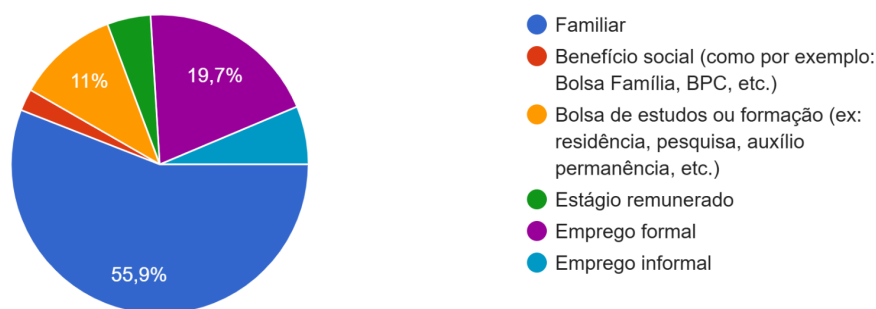
Figura 6. Especificações sobre o vínculo empregatício



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do questionário (2025)

Como principal fonte de renda, 55,9% indicaram renda familiar, 19,7% emprego formal, 11% bolsa de estudos ou formação, 6,3% emprego informal, 4,7% estágio remunerado e 2,4% benefício social (Figura 7). Em paralelo com as variáveis anteriores sobre vínculo empregatício, compreendemos que, apesar de alguns jovens não indicarem o trabalho formal como ocupação principal, este aparece como fonte de renda. Outrossim, em algumas respostas que antes afirmaram o trabalho como parte expressiva de suas atividades, houve a indicação de outras fontes de sustento. Evidenciando, portanto, que as ocupações tidas nem sempre refletem as formas de subsistência, já que estas envolvem múltiplas estratégias de inserção econômica.

Figura 7. Principal fonte de renda



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Em relação aos programas de transferência de renda ou acesso a benefícios sociais, mais da metade dos participantes afirmaram nunca ter acessado os programas indicados, o restante apontou acessar ou já ter acessado: Bolsa família (15%), Auxílio permanência – no caso de jovens universitários – (13,4%), Pé-de-meia (11,8%), Bolsa atleta (1,6%), Auxílio emergencial (0,8%) e Id Jovem (0,8%), conforme Figura 8.

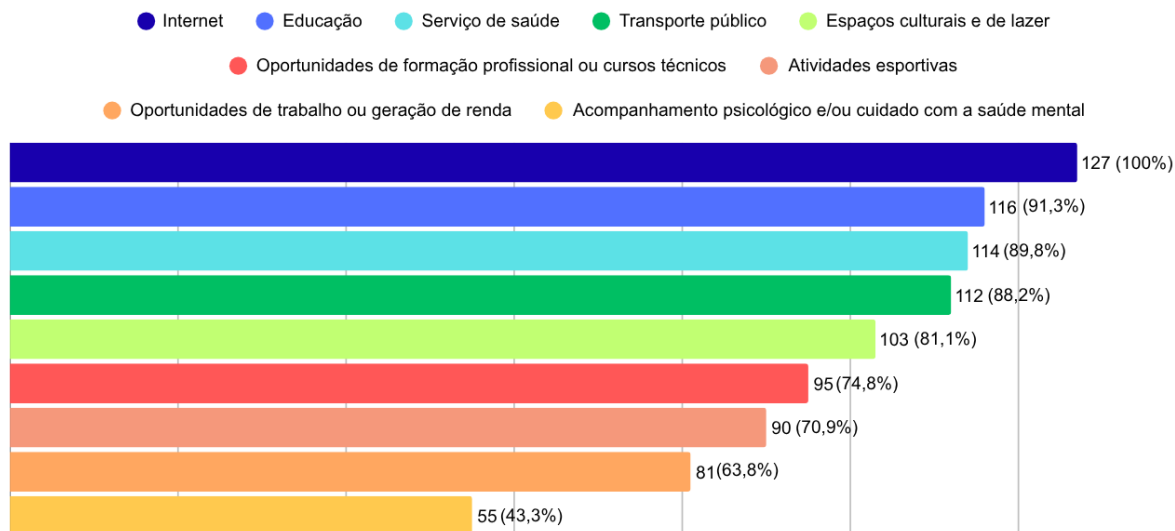
Figura 8. Programas e benefícios acessados



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Quanto ao acesso a determinados serviços sociais, todos os participantes assinalaram ter acesso à internet e, entre as alternativas disponibilizadas no questionário, o acesso a acompanhamento psicológico foi a de menor adesão (Figura 9). Através dos resultados observa-se que, mesmo em uma pequena escala, o alcance dos jovens a tais elementos não é homogêneo, o que evidencia desafios ainda maiores em escala populacional.

Figura 9. Acesso à serviços, direitos e oportunidades



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

6.2 Percepções e vivências juvenis

Após introduzirmos uma visão geral do perfil dos participantes, as próximas questões nos permitem avançar para as suas percepções e vivências. Nesta etapa, buscamos compreender aspectos mais subjetivos, bem como noções de si mesmos e acerca da juventude, conhecimento das ações governamentais, o contexto social em que estão inseridos e como o avaliam.

Ao investigarmos, na décima pergunta, a ocorrência de situações nas quais os jovens precisaram deixar de realizar atividades por limitações econômicas, de segurança ou oportunidade, percebe-se que uma parcela significativa (aproximadamente 78%) relatou já ter enfrentado restrições nesse sentido. Foram citadas diversas situações: questões de segurança, quando mencionadas em específico, por exemplo, foram frequentemente relacionadas ao gênero; restrições financeiras, que se desdobraram à necessidade de conciliar trabalho e estudos, deixando outros fazeres mais desejados de lado; a falta de tempo para cuidados pessoais ou lazer, destacando-se também como recorrente; e, em 15% das respostas, foi citada a dificuldade em realizar cursos, fossem livres ou de formação complementar, associada a falta de oportunidades ou renda.

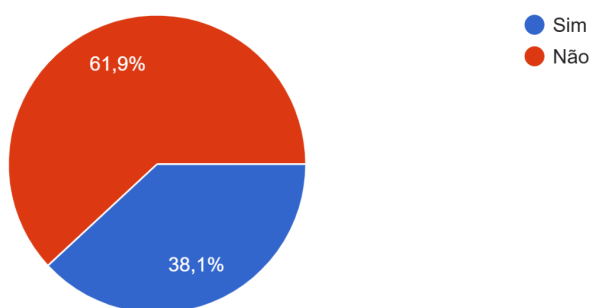
Dentre aqueles que responderam negativamente — 10,2% — à questão 10, fosse por não identificar restrições significativas às suas vivências ou mesmo por não se lembrarem de momentos específicos em que isso possa ter ocorrido, todos residiam em área urbana. De forma

geral, 84,6% desta parcela se identificou como branca ou parda, 76,9% tinham a família como principal fonte de renda e 76,9% apontaram apenas os estudos como sua ocupação principal.

Na sequência, abordou-se a composição da rede de apoio dos participantes, quando quase 89,8% incluíram a família, evidenciando como os vínculos familiares continuam constituindo um papel central e essencial aos jovens contemporâneos. Em contraste, apenas 15% identificaram a escola ou universidade como um espaço de suporte, embora a maior parte dos participantes tenha os estudos como ocupação principal e passe boa parte do tempo nessas instituições. Outros pontos de apoio indicados foram, por ordem de recorrência: amigos (64,6%), grupos religiosos (5,5%), movimentos sociais (3,9%), psicólogos(as) (2,4%) e parceiros de relacionamentos (2,4%). Ainda, apesar de um número pequeno, houve a indicação de que não há ninguém a quem possam recorrer (3,1%) ou assinalado suas relações como ruins (8,7%), o que indica a presença de vínculos fragilizados e lacunas importantes no apoio social e comunitário.

Por conseguinte, direcionamos o tema à esfera política e pudemos compreender outra profunda lacuna: mais da metade dos jovens (61,9%) não conhecia nenhuma ação governamental, política pública ou programa brasileiro destinado especificamente à juventude, os quais, teoricamente, são elaborados para garantir seus direitos e promover bem-estar (Figura 10). Este dado nos leva a refletir sobre o distanciamento entre as ações governamentais e o grupo para o qual são formuladas. A falta de reconhecimento e envolvimento com as políticas parece ecoar concepções restritas e insuficientes, que ainda veem as juventudes apenas enquanto público-alvo e não sujeito ativo e participativo das proposições.

Figura 10. Conhecimento de iniciativas governamentais voltadas às juventudes



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

As ações indicadas como conhecidas pelos participantes foram descritas abaixo na Tabela 3. Observa-se que a maior parte dos programas mencionados pelos participantes está

concentrada na área da educação. Esse predomínio pode refletir tanto o lugar central que a educação ocupa nas trajetórias de jovens quanto a maior visibilidade pública dessas políticas. Em contraposição, programas de outras áreas foram menos citados, entre eles surgem iniciativas de naturezas distintas – algumas efetivamente voltadas às juventudes, como a Identidade Jovem (ID Jovem), a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) e o Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA) – e outras de caráter mais amplo, que, embora possam beneficiá-los, não são especificamente formuladas para esse grupo, como a CNH Social⁴ e o Desenrola Brasil⁵.

Tabela 3 - Iniciativas indicadas pelos participantes

Afirmaram conhecer alguma ação/programa:	48
Programas e ações citados	Soma das menções
Programas na área da Educação	48
Pé-de-meia	20
Programa Jovem aprendiz	7
Programa Universidade para Todos (ProUni)	5
Programas de Auxílio à permanência universitária	4
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	3
Sistema de Seleção Unificada (SISU)	2
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	1
Projeto Partiu IF	1
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1
Escolas Técnicas Estaduais (ETEC)	1
Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	1
Plataformas de cursos virtuais de especialização e/ou pós-graduação de universidades públicas	1
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	1

⁴ Programa, destinado a maiores de 18 anos com baixa renda, que se propõe a garantir a emissão da primeira carteira de habilitação de forma gratuita.

⁵ Programa voltado à renegociação de dívidas de pessoas físicas, com o objetivo de facilitar a quitação de débitos e reabilitar o acesso ao crédito.

Tabela 3 - Iniciativas indicadas pelos participantes

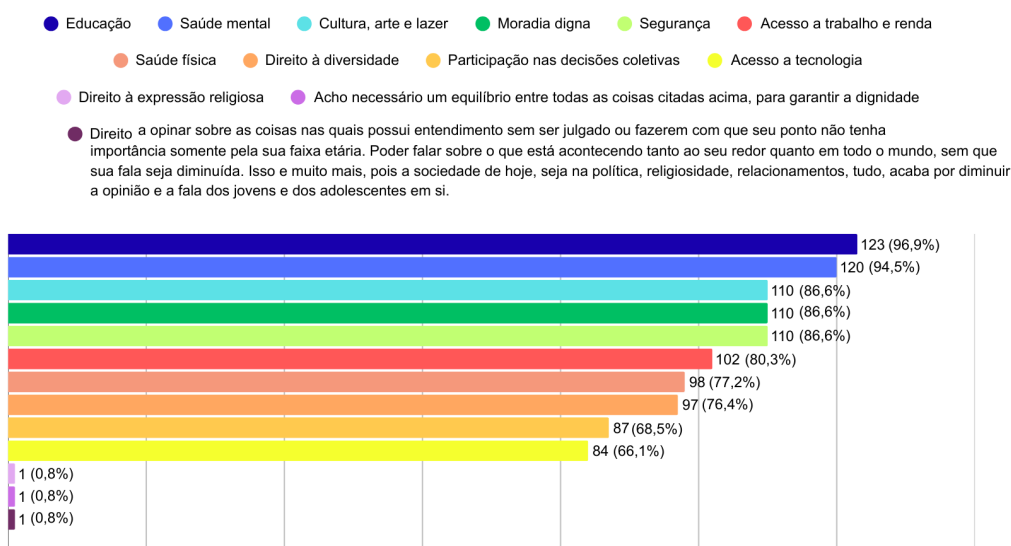
Programas de outras áreas	31
Identidade Jovem (Id Jovem)	9
Casa/Centro da Juventude	4
Estatuto da Juventude	2
Programa CNH Social	2
Projeto Guri, no Estado de São Paulo	2
Iniciativas pontuais à nível municipal	2
Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)	1
Estatuto da criança e do adolescente (ECA)	1
Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA)	1
Desenrola Brasil	1
Campanhas de vacinação	1
Parlamento Jovem	1
Conselho tutelar	1
Serviços de convivência	1
Programa Bolsa família	1
Programa Rouanet da Juventude	1
Ações de empreendedorismo jovem	1

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do questionário (2025).

É relevante pontuar ainda como a Secretaria Nacional de Juventude, órgão responsável por coordenar a PNJ e articular as iniciativas governamentais, foi mencionada apenas uma vez, e o Estatuto da Juventude duas vezes, sugerindo um baixo reconhecimento institucional. Em síntese, as respostas indicam que os componentes mais lembrados ao pensarem em políticas públicas voltadas às juventudes articulam dimensões mais presentes em suas vidas cotidianas, focando especialmente em educação e renda. Entretanto, políticas que tratam das juventudes como sujeito de direitos, com possibilidade de participação social ou potencial transformador permanecem distantes do imaginário dos jovens.

Em questionamento sobre o sentimento de representatividade e o quanto percebem a si mesmos e suas realidades contemplados pelas ações vigentes, 51,6% afirmaram não se sentir representados, 8,7% selecionaram que sim, mas 32,5% nunca pensaram sobre isso. Outros 6,4% reconheceram avanços nesse sentido, porém não os consideram suficientes. Tais dados, denunciam um descompasso entre o que é planejado ou almejado pelo discurso institucional e o que é efetivamente percebido e vivenciado pelos jovens. Diante disso, os temas assinalados como mais importantes, nas ações para as juventudes foram “educação” (96,9%) e “saúde mental” (94,5%), seguidos por “cultura, arte e lazer”, “moradia digna” e “segurança”, todos demarcados por 86,6% dos respondentes (Figura 11).

Figura 11. Temáticas assinaladas como importantes para ações voltadas às juventudes

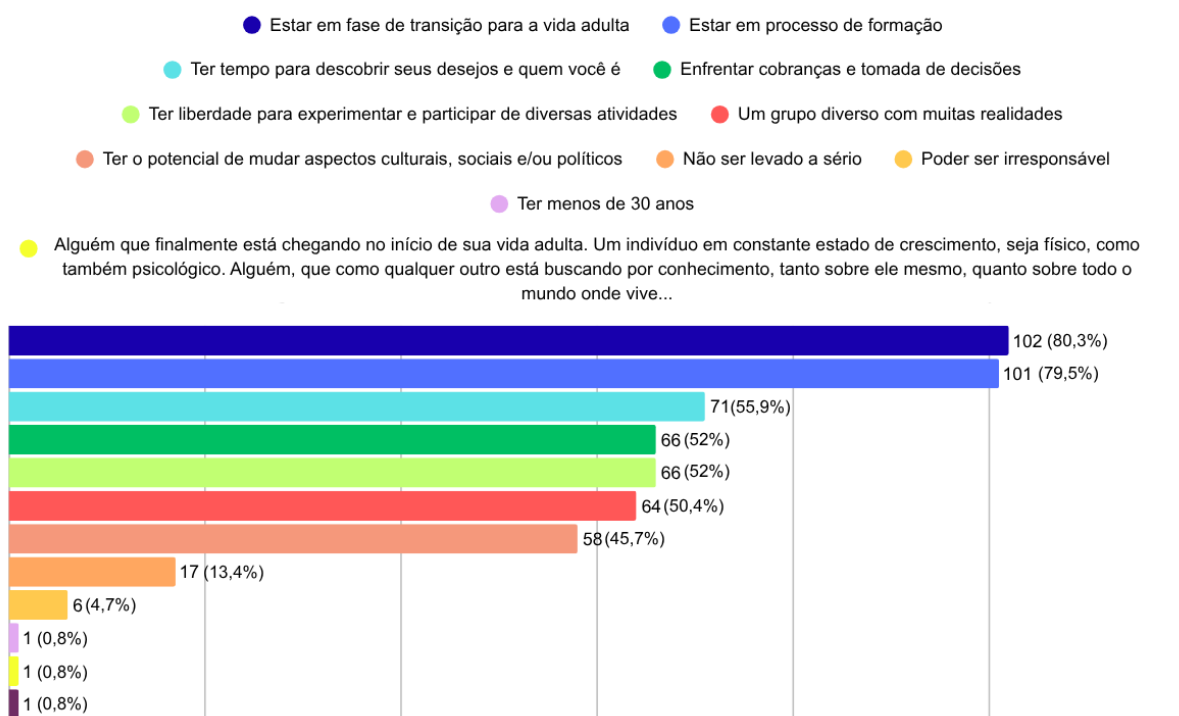


Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

As próximas questões buscavam compreender como os participantes conceituam, sonham e percebem a própria juventude. Somente metade indicou a juventude como um grupo diverso com muitas realidades, contudo, as respostas abrangeram diversas interpretações (Figura 12). A maioria assinalou compreender tal fase da vida como um momento de formação (79,5%) e transição para a vida adulta (80,3%). Esse entendimento também reflete o modo como a sociedade ainda tende a enxergar os jovens: como sujeitos em preparação para o futuro. Não por acaso, os programas governamentais mais lembrados são aqueles voltados à educação e à inserção no mercado de trabalho, correndo o risco de reforçar uma lógica que associa o ser jovem à ideia de preparo para o futuro. Essa perspectiva se evidencia, ademais, nas respostas

prévias sobre as limitações vivenciadas, já que muitos relataram ter deixado de realizar atividades voltadas ao lazer, ao autocuidado ou à convivência social — dimensões frequentemente postas em segundo plano em uma sociedade que prioriza a produtividade.

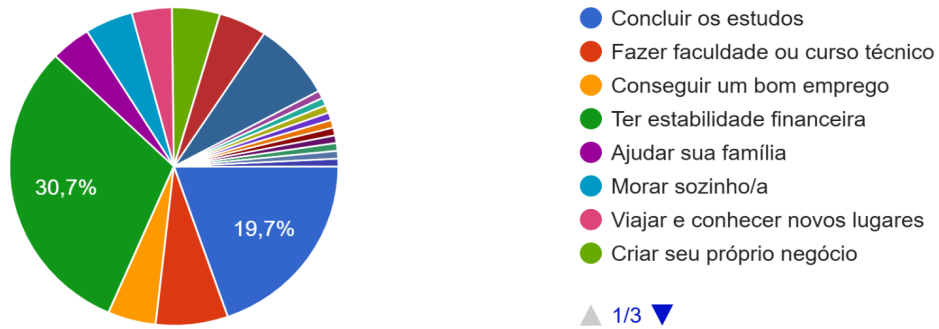
Figura 12. Compreensão de juventude



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

As concepções supracitadas se espelham também nas metas e sonhos, não obstante as respostas seguiram afirmando a pluralidade dos sujeitos (Figura 13). A alternativa mais assinalada se referia à estabilidade financeira (30,7%), seguida pela conclusão dos estudos (19,7%) e fazer a diferença na sociedade, indicado em azul escuro na figura abaixo (7,9%). Infere-se que a predominância do desejo por estabilidade financeira traduz o peso das condições socioeconômicas na vida social, refletindo também nas trajetórias juvenis e na definição de seus projetos de vida. Ainda que metas ligadas à transformação social também se destaquem, elas parecem se apoiar na necessidade prévia de alcançar segurança material, o que reforça a centralidade do trabalho e da renda como elementos estruturantes da sociedade contemporânea.

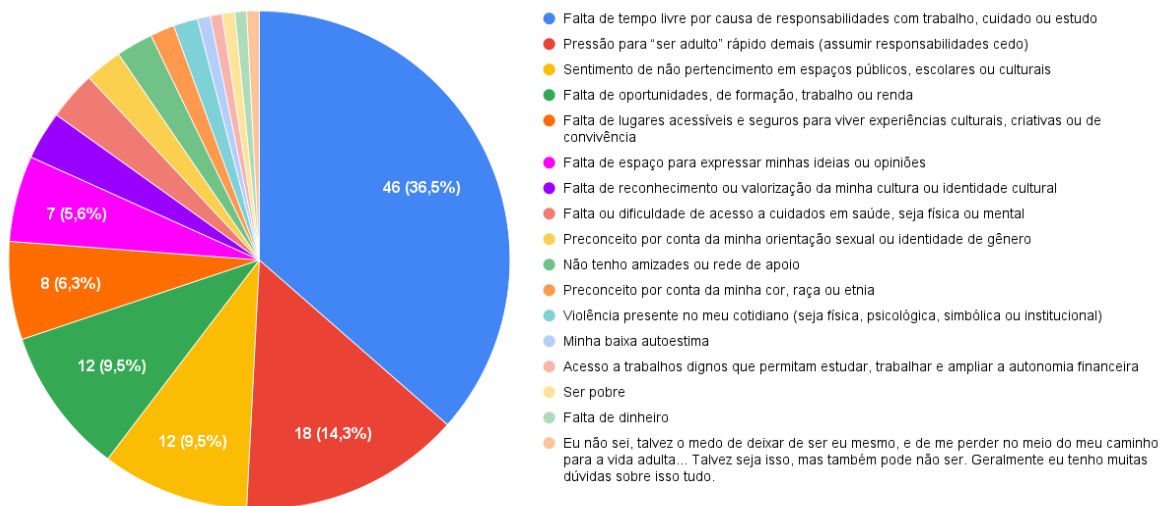
Figura 13. Sonhos e metas



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

No que tange aos obstáculos para a realização de tais desejos e os desafios à vivência da juventude atualmente, os participantes selecionaram majoritariamente a falta de tempo livre dadas as responsabilidades com trabalho, estudos e outros afazeres (36,5%), como ilustrado na figura 14. A segunda opção mais indicada, por 14,3% dos respondentes, foi a pressão para “ser adulto” rápido demais. Assim, os dados corroboram com a ideia da juventude como fase de preparação e até mesmo como “capital humano”, em detrimento das experiências de lazer, cuidado e convivência social.

Figura 14. Principais obstáculos à vivência da juventude



Fonte: dados do questionário aplicado aos participantes (2025)

Portanto, visualiza-se que a ênfase na formação, nos estudos e na aquisição de competências que viabilizem a inserção no mercado de trabalho reflete não apenas as

expectativas sociais, mas também a internalização de uma visão que prioriza produtividade e desempenho em detrimento de experiências mais amplas de desenvolvimento pessoal e social.

Contudo, é inegável que a dimensão socioeconômica não captura toda a complexidade das experiências juvenis. Uma vez que alguns participantes destacaram em outras respostas: o sentimento de não pertencimento em espaços públicos, escolares e culturais (9,5%); a falta de espaço para expressar ideias e opiniões (5,6%); a dificuldade de acesso a cuidados de saúde física e mental (3,2%); o preconceito relativo à orientação sexual e identidade de gênero (2,4%); e o preconceito racial (1,6%). Essas situações evidenciam a necessidade de um olhar que considere as interseccionalidades, reconhecendo que diferentes juventudes enfrentam barreiras distintas, moldadas por múltiplos fatores.

Por fim, a última questão convidou os participantes a refletirem sobre juventude, políticas públicas e os desafios de ser jovem na atualidade. Muitas respostas retomaram à complexidade do cenário socioeconômico, enfatizando que não se limita ao plano individual, mas a realidade do país. Os participantes destacaram como tal fator influencia a experiência juvenil, conectando vulnerabilidades, expectativas sociais, inserção no mercado de trabalho e a dificuldade de provocar engajamento para participação em espaços de formulação de políticas. Em conjunto, esses elementos revelam um cenário no qual os jovens se veem simultaneamente demandados a se preparar para o futuro, enfrentar um contexto econômico instável e buscar formas de se afirmar e manter.

7. DISCUSSÃO

7.1 Políticas para a juventude: o dilema da focalização e sua necessidade

Em primeiro momento, a análise documental empreendida permitiu identificar que, embora as ações governamentais busquem, de forma multifacetada, atender às demandas da juventude, elas frequentemente se mostram contraditórias e fragmentadas. Há um panorama que oscila entre o reconhecimento de seus direitos enquanto cidadãos, a necessidade de preparação/capacitação, seja acadêmica ou para o mercado de trabalho, o fomento e oportunização ao engajamento sociopolítico e até mesmo a falta de reconhecimento de suas especificidades, que muitas vezes falha em efetivar a incorporação das múltiplas vivências juvenis.

É notável que diversas ações passaram por atualizações discursivas que procuram

reconhecer interseccionalidades e incorporar uma visão ampliada de formação para a vida, voltada ao desenvolvimento humano e ao exercício da cidadania. Essa tentativa de deslocamento aparece, de modo indireto, nos próprios dados empíricos: ainda que as trajetórias juvenis se apresentem marcadas por entraves estruturais e pressões sociais, elas também revelam múltiplas formas de viver a juventude, combinando estudos, trabalhos, formação continuada e busca por autonomia, junto a passagem para a vida adulta. Esses elementos sugerem que, embora a estrutura das políticas permaneça marcada pela focalização e pela ênfase produtivista, há também movimentos de adaptação que buscam ampliá-las e acomodar a pluralidade das trajetórias juvenis, bem como suas múltiplas formas de inserção social.

Da mesma forma, ao responderem à questão 18 do questionário, os jovens indicaram múltiplos entendimentos sobre o que é ser jovem. Sendo que a maioria dos participantes indicou compreender tal fase da vida como um momento de formação (79,5%) e transição para a vida adulta (80,3%). Assim, estas respostas reforçam a necessidade de políticas que transcendam enfoques setoriais e assumam a complexidade das juventudes de maneira integrada, não apenas abordando-a no nível do discurso. Ao adotarem uma lógica focalizada e compensatória, as iniciativas continuam demonstrando um obstáculo às complexas interseccionalidades que atravessam as juventudes — evidenciando que a universalização preconizada por autores que defendem uma política efetiva de juventude (Barreiro; Malfitano, 2014) ainda não se concretizou.

Portanto, aponta-se que o presente contexto, delineado pela análise das ações governamentais somada às percepções dos próprios jovens, mesmo uma década depois, corrobora as críticas articuladas por Barreiro e Malfitano (2014). A desconexão entre o reconhecimento discursivo quanto a complexidade juvenil e a prática, ainda fragmentada e setorial, continua representando um entrave importante no cenário político. Observa-se por vezes uma ênfase econômico-mercadológica e na transição para a vida adulta, frequentemente acompanhada por precarização institucional e um distanciamento entre a intenção institucional e a experiência vivida. Dessa forma, a universalização dos direitos, preconizada como horizonte necessário, permanece um desafio.

A fragmentação das políticas, porém, não é um fenômeno acidental. É o reflexo de uma trajetória histórica nacional em que as ações governamentais de juventude não se constituíram como um corpo coeso e uniforme, mas sim como o resultado de diferentes governos, prioridades

políticas e lógicas ideológicas (Sposito; Carrano, 2003). Nesse percurso, a participação dos próprios jovens foi incorporada de maneira gradual e, muitas vezes, restrita, o que explica por que ainda hoje sua escuta permanece um desafio. Por exemplo, nos nossos dados, no questionário, 48,4% afirmaram ter participado de espaços de fala, expressão ou decisão, demonstrando que não se trata de uma característica massiva neste grupo. O mapeamento realizado previamente à análise revelou justamente as discontinuidades ainda presentes e a ausência de um planejamento político estratégico de longo prazo, substituído por um mosaico de programas pontuais que variam a cada gestão. Estes, contudo, são acompanhados por instrumentos institucionais de gestão, que historicamente surgiram da importante percepção de juventude enquanto grupo que necessita de um olhar específico.

É notável que avanços institucionais têm contribuído para que determinadas agendas ganhem maior centralidade na formulação das políticas. Nesse contexto, observa-se que uma das problemáticas atuais que mais se consolidou ao longo dos anos foi o voltado à mitigação das desigualdades sociais e econômicas, o que é explicado pelos altos níveis de inequidade social no Brasil. Recorte observado em programas como por exemplo: ID Jovem, Pé de Meia, ProUni, dentre tantos outros com enfoque socioeconômico. Sendo que as ações destacadas apresentam em suas diretrizes observações e critérios específicos para jovens com determinada renda, evidenciando uma preocupação em direcionar benefícios a segmentos juvenis vulnerabilizados. Embora o questionário aplicado tenha mostrado que poucos participantes acessam programas do âmbito econômico, isso pode ocorrer por conta da limitação do perfil sociodemográfico dos participantes, composta majoritariamente por jovens mulheres (62,8%), brancas (63,8%) com principal fonte de renda sendo a familiar (55,9%). E, ainda sim, a questão financeira segue refletindo-se, por exemplo, na questão 10, onde 78% dos jovens afirmaram já ter deixado de realizar atividades por limitações econômicas, de segurança ou oportunidade.

Este direcionamento revela então uma atuação que, embora esteja centrada na reparação de discrepâncias estruturais, parece reconhecer a atual complexidade do contexto em que se inserem as experiências juvenis. Essa constatação se insere em uma conjuntura social marcada por expressivos índices de exclusão: de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), aproximadamente 10,9 milhões de jovens, entre 15 e 29 anos, encontravam-se fora da escola e do mercado de trabalho, o que representa cerca de um em cada cinco jovens no país. Sendo realmente importante pensar a questão da desigualdade para formulação de ações contextualizadas, não sendo possível a articulação de uma política para

este grupo que não inclua ações focais aos grupos mais vulnerabilizados.

7.2 Juventude, participação e ser jovem na contemporaneidade

Entre os espaços institucionais criados, cabe destacar o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), um dos principais órgãos que assegura a presença de jovens em sua composição, ao reunir representantes de movimentos sociais, coletivos e organizações juvenis junto a membros governamentais. Trata-se, portanto, de um espaço que prevê a atuação política de jovens para o acompanhamento e formulação das políticas públicas. Ainda que este órgão represente um avanço, observa-se que nos níveis de execução e gestão das políticas há a dependência de outras instâncias para o alocamento de recursos e manutenção, o que pode levar ao risco da permanência no campo do discurso, como apontam Silva e Macedo (2013, p.25).

Diante dos achados, torna-se notório como a análise macroestrutural das ações governamentais empreendida anteriormente é reverberada na etapa empírica junto aos jovens, evidenciando como os imaginários contidos nas políticas se manifestam nas experiências concretas dessa população. Ao priorizar a formação e a inserção no mercado de trabalho como eixos centrais – através das categorias “Juventude como capital humano”, no sentido da formação educacional e inserção produtiva –, tais políticas contribuem para a internalização de uma racionalidade que associa a juventude à preparação e à produtividade, com risco de reduzir dimensões relacionais, culturais e subjetivas. Ao adotarem modelos que por vezes pouco reconhecem e valorizam a diversidade como elemento constitutivo da juventude em suas práticas, essas ações reforçam uma visão limitada e desalinhada das múltiplas formas de existir que compõem o cenário contemporâneo.

Essa mesma lógica aparece nas respostas dos participantes, que apontam a falta de tempo livre e a pressão para “ser adulto” como principais obstáculos à vivência da juventude, reforçando a centralidade do desempenho e da responsabilidade individual. Assim, revela-se o quanto os valores neoliberais tendem a individualizar responsabilidades e reduzir a juventude a uma fase de investimento para o futuro, em detrimento de um tempo presente de experimentação e pertencimento.

Da mesma maneira, é preciso refletir sobre o expressivo número de jovens que afirmaram não conhecer ações governamentais voltadas especificamente à juventude, ou que as consideram insuficientes. Tal constatação adquire maior relevância quando relacionada aos

obstáculos encontrados e relatados ao longo da própria busca documental deste estudo. Esse cenário evidencia que essas dificuldades são parte de uma estrutura que pouco favorece a transparência e a efetiva circulação de informações. Assim, a ausência de percepção quanto às políticas disponíveis não apenas compromete o acesso aos direitos, mas também repercute nos modos de vida, reforçando sentimentos de distanciamento, descrença institucional e deslegitimação das próprias políticas públicas. Se não há visibilidade e compreensão das ações, tampouco é possível esperar que os jovens se sintam sujeitos de direitos plenamente reconhecidos.

7.3 Terapia Ocupacional

Um ponto fundamental para nós, tendo em vista a filiação acadêmica que ocupamos, é a articulação deste debate com a terapia ocupacional, em geral, e a terapia ocupacional social, em particular. Para nós a conexão torna-se evidente: ao nos depararmos com ações governamentais frequentemente distantes das múltiplas possibilidades de vida e dos modos de existência das juventudes, percebemos que não se trata apenas de um diagnóstico sobre elas, mas também de uma pista fundamental para informar a nossa atuação profissional na direção de uma prática mais responsiva e comprometida com os direitos sociais do público juvenil. Como destacam Silva e Oliver (2024), a participação social, a cidadania, o acesso a direitos, a emancipação e a valorização dos modos de vida são conceitos que devem atravessar tanto a teoria quanto a prática da área. Para tanto, só alcançaremos uma prática nesta intencionalidade se houver a compreensão das políticas, seus princípios, implícitos e explícitos, e as (im)possibilidades de atuação técnico-profissional.

Em consonância com Galheigo (2011), afirma-se que o compromisso da profissão deve ir além do indivíduo, atuando na dimensão dos grupos sociais e na defesa de que o cotidiano e as atividades humanas são elementos fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. Nesse sentido, compreender de que maneira os grupos com os quais atuamos têm sido contemplados, apoiados e visibilizados – ou não – pelas políticas públicas é imprescindível, pois somente assim podemos instrumentalizá-las a favor da participação, da valorização das subjetividades e da busca por uma cidadania equitativa.

A terapia ocupacional social, constituída como um saber-fazer orientado à autonomia, cidadania e acesso a direitos (Galheigo, 2023), oferece um horizonte significativo às análises

desenvolvidas. Ao atuar diretamente nos territórios e nos cotidianos em que se circunscrevem às plurais experiências juvenis, o campo fortalece processos coletivos, sustenta vínculos comunitários e amplia condições concretas de circulação, convivência e engajamento (Silva; Oliveira; Malfitano, 2019). Como discute Santos (1998), é no território que as relações sociais se produzem e são transformadas, perspectiva que converge com a prática profissional social e aponta caminhos para um cuidado que acompanha e reconhece a juventude no presente, em suas múltiplas possibilidades e modos de viver. Da mesma forma, tais ações oferecem subsídios importantes para que ações governamentais desenhadas em nível federal se traduzam em ações efetivas e coerentes com as necessidades concretas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se, compreendendo as limitações deste estudo, que a primeira parte da pesquisa centrou-se no discurso empreendido em ações federais, sem abranger iniciativas municipais ou mesmo a implementação factual das ações, que pode divergir dos discursos oficiais e revelar outras dinâmicas. Outrossim, aponta-se que o questionário aplicado teve um número reduzido de participantes e o perfil descrito pode ter sido condicionado pela divulgação online, feita majoritariamente por redes vinculadas ao ambiente universitário, o que traduz as experiências analisadas enquanto um recorte.

O estudo, no que tange às ações governamentais analisadas, permitiu compreender um esforço discursivo em responder às demandas juvenis de forma ampla e comprometida com os direitos efetivos do grupo, mas revelou que por vezes suas determinações para a prática permanecem fragmentadas, focalizadas e frequentemente descontínuas. Quanto ao questionário, observou-se um distanciamento significativo entre a intenção institucional e a experiência vivida: muitos jovens desconhecem ou não acessam os programas existentes. Esse cenário reforça a necessidade de superar abordagens exclusivamente focais e por vezes individualizantes, questionando lógicas institucionais que naturalizam a vulnerabilidade ou o “adoecimento social” dos jovens.

Faz-se importante reconhecer que o próprio movimento de institucionalização das políticas de juventude, ainda que marcado por fragmentações, representa um avanço significativo. Além disso, a existência de espaços de diálogo e a postura crítica, consciente e reflexiva dos próprios jovens indicam potenciais de resistência e transformação. Mesmo diante

de uma racionalidade produtivista, os jovens indicam buscar espaços de convivência, expressão e pertencimento, seja na cultura, na arte, nos coletivos e em suas redes. Tais movimentos revelam que, apesar das limitações institucionais, a juventude afirma sua pluralidade e reivindica formas de participação que reconheçam que a diversidade é regra, e não exceção. Em vista disso, persistir na busca por estratégias que potencializem a participação juvenil na esfera sociopolítica, promovam encontros que gerem pertencimento e reconheçam a diversidade apresenta-se como um conjunto de desafios pertinente à problemática exposta.

Por fim, os achados deste estudo reforçam que avançar na direção de políticas públicas que reconheçam as plurais juventudes como sujeitos de direitos ativos exige tanto uma revisão das práticas institucionais quanto o fortalecimento de processos participativos e inclusivos. Apontam-se caminhos para que pesquisas futuras aprofundem, de maneira mais próxima, a implementação das ações governamentais e, para além disso, como os jovens têm construído suas trajetórias, firmado participação, pertencimento e assim seus próprios lugares na sociedade. Para a Terapia Ocupacional Social, esse cenário convoca o campo a seguir tensionando desigualdades e atuando de forma crítica e responsiva na defesa de políticas que ampliem direitos e possibilitem modos de vida mais dignos e diversos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. Scritta, 1994.
- ABRAMO, H.W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro** in: ABRAMO, H. W. e LEÓN, O. D. Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. *Ação educativa*, p.19-35. 2005. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05623.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- AMBROSIO, L.; SILVA, C. R. **Interseccionalidade: um conceito amefricano e diaspórico para a terapia ocupacional**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e3150, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN241431501>.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Paz e Terra, 1995.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BALANTA-COBO, P. et al. **Direitos humanos e sociais e terapia ocupacional: a necessidade de uma perspectiva pela interseccionalidade**. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 30, p. e30202203, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoED302022031>. Acesso em: 20 set. 2025.
- BARCELOS, J. et al. **ID Jovem: uma identidade da juventude brasileira**. Brasília: Ibict; Secretaria Nacional de Juventude, 2018. 76 p. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1110/1/BARCELOS_OLIVEIRA_LOZZI_SHINTAKU_id_jovem_2018_IBICT_SNJ.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BARREIRO, R. G. ; MALFITANO, A. P. S. . **Retrato das Políticas Públicas Governamentais Brasileira para a Juventude nos anos 2000**. *Última década*, v. 22, p. 133-157, 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0718-22362014000100007>>. Acesso em: 27 set. 2024.
- BRAGA, H. P. **Individualização e neoliberalismo: uma contribuição à investigação da emergência do neoliberalismo**. *Revista Katálysis*, v. 27, p. e97378, 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/m3pvYryGTLcQyNmdxhczxNS/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 28 set. 2024.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto Base: ProJovem Campo – Saberes da Terra. Programa Nacional de Educação de Jovens Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores Familiares**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/projovemcampo_base.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Coordenação Nacional do ProJovem Urbano. **Projeto Pedagógico Integrado – PPI: ProJovem Urbano**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/104/1/PROJOVEM_projeto_pedag%C3%B3gico_2008.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude.** *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 28 set. 2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude.** Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Guia do Rondonista.** Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/copy_of_projeto-rondon/downloads/guias-e-manuais/guia-do-rondonista_impressao.pdf/@/@/download/file>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cidadania; Secretaria Especial do Esporte. **Diretrizes do Programa Segundo Tempo – Padrão 2021.** Brasília: SEESP/MC, 2021. Disponível em: <<https://www.mds.gov.br/webarquivos/cidadania/Esporte/Programa%20Segundo%20Tempo/Diretrizes%20PST%20-%20Padr%C3%A3o%202021.pdf>>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 3.684, de 5 de julho de 2022.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, 5 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gm-md-n-3.684-de-5-de-julho-de-2022-413010147>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Portaria SG/PR nº 172, de 14 de dezembro de 2023. Institui o Programa Estação Juventude.** *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 14 dez. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-encerradas/edital-programa-estacao-juventude-1/anexo-vl-portaria-sg_pr-no-172-de-14-de-dezembro-de-2023.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.** Brasília: SG/PR, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/diversos/PlanoNacionaldeJuventudeeSucessoRural2024.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Monitoramento e Avaliação do Programa Pé-de-Meia.** Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia/documentos/plano-monitoramento-avaliacao.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 11.956, de 21 de março de 2024. Institui o Plano Juventude Negra Viva e o seu Comitê Gestor.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 22 mar. 2024, Seção 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.956-de-21-de-marco-de-2024-549573872>>. Acesso em: 4 nov. 2025

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aprendizagem Profissional.** Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional/aprendizagem-profissional-1>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação; Fundação Oswaldo Cruz. **Edital de Chamada Pública n.º 01/2025 – Rede Nacional de Cursos Populares (CPOP)**. Brasília: MEC/Fiocruz, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cpop/documentos/edital-chamada-publica.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Edital de Chamamento Público nº 1, de 21 fev. 2025 – Programa Rouanet da Juventude**. Disponível em: <<https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais/inscricoes-em-andamento/programa-rouanet-da-juventude/edital-rouanet-da-juventude>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde na Escola (PSE)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saps/pse>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.

CANCLINI, N. G. **Reconstruir políticas de inclusão na América Latina**. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO BRASIL, p. 21-38, 2003.

CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (Org.). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: Ipea, 2009.

CARVALHO, F. X. de; NOMA, A. K. **Políticas públicas para a juventude na perspectiva neoliberal: a centralidade da educação**. *Roteiro*, v. 36, n. 1, p. 167-186, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3519/351961815009.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DEBERT, G. G. **A dissolução da vida adulta e a juventude como valor**. *Horizontes Antropológicos*, 2010, v. 16, n. 34, p. 49-70. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/Ns9LnNnkmBzcLFfdwQNd6Yf/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

ELIAS, N. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungmann; revisão e apresentação Renato Janine Ribeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2 v, 1994.

FERRETTI, C. J. **A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação**. *Estudos Avançados*, v. 32, p. 25–42, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/#>>. Acesso em: 20 nov. 2024.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALHEIGO, S. M. **Terapia Ocupacional Social: uma síntese histórica acerca da constituição de um campo de saber e de prática**. In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos*. 2ª ed., São Carlos, SP: EdUFSCar, p. 53-73, 2023.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002

GONZALEZ, R.. **Políticas de emprego para jovens: entrar no mercado de trabalho é a saída?** In: CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C.; ANDRADE, C. C. (org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009. p. 111-128. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/fe0f599a-cc30-4767-bb19-5640c4038999/content>>. Acesso em: 9 nov. 2025.

GROPPO, L. A. **Juventudes e políticas públicas: comentários sobre as concepções sociológicas de juventude.** *Desidades* [online], n. 14, p. 9-17, 2017.

KERBAUY, M. T. M. **Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais?** *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 10, n. 19, p. 123-134, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/123>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

LOPES, R. E.; BORBA, P. L. O. **Terapia ocupacional, educação e juventudes: Conhecendo práticas e reconhecendo saberes.** São Carlos: EdUFSCar, 2022.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S. . **Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos.** 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

LOPES, R. E. . **Cidadania, direitos e terapia ocupacional social.** In R. E. Lopes & A. P. S. Malfitano (Orgs.), *Terapia ocupacional social: desenhos teóricos e contornos práticos.* 2ª ed. São Carlos: EdUFSCar, 2023. p. 33-52.

MALFITANO, A. P. S. **A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e programas sociais de atenção à juventude - a situação de rua em Campinas, SP** (Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Capítulo 1: p. 17-34. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6136/tde-10032009-214921/publico/AnaPaulaMalfitano_Tese.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2024.

MARGULIS, M.; URRESTI, M. **Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud,** *Biblos*, 1996. Disponível em: <https://www.psi.uba.ar/academica/carrerasdegrado/psicologia/sitios_catedras/practicas_profesionales/788_salud_adol/material/juventud_mas_que_palabra.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2024.

MARTINS, R. L. **O projeto proteção de jovens em território vulnerável: uma análise dos pressupostos normativos e seus efeitos locais.** *Revista Prelúdios*, 7(7), 2019, p. 67–95. Disponível em: <<https://doi.org/10.9771/revpre.v7i7.23841>>. Acesso em: 12 ago. 2025.

MELO, K. M. M. de; MALFITANO, A. P. S.; LOPES, R. E. **Os marcadores sociais da diferença: contribuições para a terapia ocupacional social.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 28, n. 3, p. 1061-1071, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1877>.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 1. ed. *Vozes*, 1994.

MORAES, R. F.; PINTO, J. N. R.; MAGALHÃES, B. A. C. **Estado neoliberal e juventudes / Neoliberal state and youth.** *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 45633-45642, jul. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-260>. Acesso em: 09 ago. 2025.

NOVAES, R. **O campo das políticas públicas de juventude: processos, conquistas e limites.** In: MONTECHIARE, R.; MEDINA, G. (Orgs.). *Juventude e educação: identidades e direitos.* São Paulo, 2019. p. 6-18. Disponível em: <https://flacso.org.br/files/2019/02/Juventude_educacao.pdf> Acesso em: 01 ago. 2025.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. **Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.** *Cadernos De Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649–673, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0100-15742010000200017>>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PRADO, A. C. da S. A.; SILVA, C. R.; SILVESTRINI, M. S.. **Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal.** *Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional*, 2020, v.28, n.2, p. 706–724. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1846>>. Acesso em: 8 out. 2025.

RODRIGUES, J. **Da teoria do capital humano à empregabilidade: um ensaio sobre as crises do capital e a educação brasileira.** *Trabalho & Educação*, v. 2, p. 215–230, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8742>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SFAIR, S. C. **Educação sexual para adolescentes e jovens : o que prevêm os documentos públicos nos níveis Federal e Estadual em São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas e da Saúde) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/6855>>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, M. J.; OLIVEIRA, M. L.; MALFITANO, A. P. S. **O uso do espaço público da praça: considerações sobre a atuação do terapeuta ocupacional social.** *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, v. 27, n. 2, p. 438-447, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/4TLCBnDqHt7g5x5Vh7RCxQf/>>. Acesso em: 20 fev. 2025.

SILVA, A. C. C. da; OLIVER, F. C. **Participação social: teoria e prática na formação graduada em Terapia Ocupacional.** *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*, [s. l.], v. 28, p. e240179, 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/interface.240179.>>. Acesso em: 15 jul. 2025

SILVA, C. R.; LOPES, R.E. **Adolescência e Juventude: entre conceitos e políticas públicas.** *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 17, n.2, p 87-106, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7733409/mod_resource/content/1/Adolesc%C3%A4ncia%20e%20juventude_%20entre%20conceitos%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABAblicas.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

SILVA, E. R. A.; MACEDO, D. M. B. **O Conselho Nacional de Juventude e a participação social dos jovens no ciclo de políticas públicas.** In: IPEA. *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas.* Brasília: Ipea, cap. 1. p. 29-61, 2013.

SPOSITO, M.P.; CARRANO, M. C.R. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Revista Brasileira de Educação*, v.24, p.16-39, 2003.

THEODORO, M. L.; DELGADO, G. C. **“Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate.”** In: *Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, n. 7, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ago. 2003, p. 122-126. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_07.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2025.

YAZBEK, M. C. **Estado e políticas sociais.** *Revista Praia Vermelha*, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: <<https://www.paulus.com.br/assistencia-social/wp-content/uploads/2017/03/Carmelita-Yazbek.pdf>> Acesso em: 01 ago. 2025.

ANEXO A - Questionário aplicado aos participantes

Vivências e perspectivas das juventudes

Seção 1 de 5: Perfil sociodemográfico

Nesta parte, vamos pedir algumas informações básicas sobre você, como sua idade, gênero, cor/raça/etnia, escolaridade e onde vive.

1. Qual sua faixa etária?

- 15 a 17 anos
- 18 a 24 anos
- 25 a 29 anos

2. Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Não binário
- Prefiro não dizer
- Outro

3. Como você se autodeclara?

- Branco(a)
- Amarelo(a)
- Indígena
- Preto(a)
- Pardo(a)
- Prefiro não informar

4. Em que cidade e estado do Brasil você mora?

5. Você mora em área:

- Urbana
- Rural
- Quilombola
- Indígena
- Outro:

6. Atualmente, qual é sua ocupação principal?

É possível assinalar mais de uma alternativa se for necessário ou escrever sua própria alternativa em "Outros... "!

- Trabalho formalmente (com carteira assinada)
- Trabalho informalmente (sem carteira assinada)
- Faço estágio
- Trabalho como jovem aprendiz
- Estudo
- Estudo e trabalho
- Não estudo, nem trabalho
- Sou o/a principal responsável pelos cuidados domésticos e/ou familiares
- Outro:

Seção 2 de 5: Condições de vida e acesso a benefícios

Aqui queremos conhecer um pouco sobre como está sua vida no dia a dia: sua moradia, sua renda, com quem vive, e se tem acesso a serviços, auxílios ou programas sociais.

7. Qual sua principal fonte de renda?

- Familiar
- Benefício social (como por exemplo: Bolsa Família, BPC, etc.)
- Bolsa de estudos ou formação (ex: residência, pesquisa, auxílio permanência, etc.)
- Estágio remunerado
- Emprego formal
- Emprego informal

8. Você acessa ou já acessou algum dos seguintes programas? Assinale quantas alternativas quiser

- Não, nenhum
- Pé de meia
- Bolsa família
- Benefício de prestação continuada (BPC)
- Auxílio Permanência (caso seja estudante universitário)
- Outro:

9. Você tem acesso à: Assinale quantas alternativas quiser

- Internet
- Serviços de saúde
- Espaços culturais e de lazer
- Atividades esportivas
- Educação

- Transporte Público
- Acompanhamento psicológico e/ou cuidado com a saúde mental
- Oportunidades de formação profissional ou cursos técnicos
- Oportunidades de trabalho ou geração de renda

10. Você já deixou de fazer algo importante ou que queria muito por falta de dinheiro, segurança ou oportunidade?

(Por exemplo: fazer um curso, sair com amigos, cuidar da saúde, viajar, participar de um projeto, estudar em outro lugar... Se quiser, conte um pouco mais abaixo.)



Seção 3 de 5: Rede de apoio e relações sociais

Nesta parte, queremos saber como estão suas relações com as pessoas ao seu redor — amigos(as), familiares, vizinhos(as), professores(as), pessoas de grupos ou espaços que você participa.

11. Com quem você pode contar quando precisa de ajuda? Assinale quantas alternativas quiser

(Por exemplo: alguém para conversar, pedir conselhos, apoio emocional, ajuda com dinheiro, com cuidado, para resolver algo do dia a dia...)

- Família
- Amigos
- Escola/universidade
- Igreja ou grupo religioso
- Movimento social ou coletivo
- Ninguém

Outro:

12. Você participa de algum grupo ou coletivo? Se sim, de que tipo?

13. Como você avalia sua rede de apoio?

(Considere pessoas próximas com quem pode contar no dia a dia)

Muito boa — posso contar com várias pessoas em diferentes situações

Boa — tenho algumas pessoas com quem posso contar

Regular — às vezes tenho apoio, às vezes não

Ruim — tenho poucas pessoas com quem contar

Inexistente — não tenho rede de apoio

Seção 4 de 5: Representação política e participação

Aqui, queremos saber o que você pensa e sente sobre política e participação, especialmente no que diz respeito a políticas para os(as) jovens. Não precisa saber tudo ou ser especialista, o importante é o que você vive e percebe no seu dia a dia.

14. a) Você conhece alguma ação governamental, política pública ou programa do Brasil para a juventude?

Sim

Não

14. b) Se sim, qual(is)?

15. Você se sente representado na esfera política hoje?

(O que gostaríamos de saber é: você sente que sua realidade é considerada nas decisões do governo e ações políticas? E que as políticas públicas atuais de juventude atendem às suas necessidades?)

- Sim
- Não
- Não sei, nunca pensei sobre isso
- Outro:

16. Você já participou de algum espaço onde os(as) jovens podem falar, opinar ou decidir sobre questões que lhes interessam?

(Como conselhos, conferências, reuniões, audiências públicas, grupos da comunidade, coletivos, etc.)

- Sim
- Não

17. O que, para você, é mais importante em uma política pública para juventude? Assinale quantas alternativas quiser

- Educação
- Acesso a trabalho e renda
- Acesso à tecnologia
- Saúde física
- Saúde mental

- Cultura, arte e lazer
 - Moradia digna
 - Segurança
 - Participação nas decisões coletivas
 - Direito à diversidade
 - Outro:
-

Sessão 5 de 5: Expectativas de futuro e percepções atuais

Agora, queremos conhecer um pouco mais sobre como você enxerga o presente e o futuro da sua vida.

18. O que você entende que é a juventude? Assinale quantas alternativas quiser

- Estar em fase de transição para a vida adulta
- Poder ser irresponsável
- Não ser levado a sério
- Ter tempo para descobrir seus desejos e quem você é
- Estar em processo de formação
- Enfrentar cobranças e tomadas de decisão
- Ter liberdade para experimentar e participar de diversas atividades
- Ter o potencial de mudar aspectos culturais, sociais e/ou políticos
- Um grupo diverso com muitas realidades
- Outro:

19. Qual sua maior meta ou sonho hoje? (seja sonho pessoal, profissional, familiar, etc...)

- Concluir os estudos
- Fazer faculdade ou curso técnico
- Conseguir um bom emprego
- Ter estabilidade financeira
- Ajudar sua família
- Morar sozinho/a
- Viajar e conhecer novos lugares
- Criar seu próprio negócio
- Formar uma família
- Fazer a diferença na sociedade
- Outro:

20. O que você considera como principal obstáculo para vivenciar sua juventude hoje?

- Falta de espaço para expressar minhas ideias ou opiniões
- Falta de liberdade para me vestir ou ter o estilo que gostaria
- Falta de reconhecimento ou valorização da minha cultura ou identidade cultural
- Falta de lugares acessíveis e seguros para viver experiências culturais, criativas ou de convivência
- Falta de tempo livre por causa de responsabilidades com trabalho, cuidado ou estudo
- Falta de oportunidades, de formação, trabalho ou renda
- Falta ou dificuldade de acesso a cuidados em saúde, seja física ou mental
- Preconceito por causa das minhas crenças (religiosas, espirituais etc.)
- Preconceito por causa da minha orientação sexual ou identidade de gênero
- Preconceito por conta da minha cor, raça ou etnia
- Violência presente no meu cotidiano (seja física, psicológica, simbólica ou institucional)
- Sentimento de não pertencimento em espaços públicos, escolares ou culturais
- Não tenho amizades ou rede de apoio
- Pressão para “ser adulto” rápido demais (assumir responsabilidades cedo)

Outro:

Se quiser escrever algo sobre juventude, políticas públicas e os desafios de ser jovem hoje, fique à vontade!

Agradecemos muito sua participação!

Muito obrigada por dedicar seu tempo e compartilhar suas experiências e opiniões!

Sua participação é fundamental para que possamos entender melhor as vivências dos(as) jovens!